

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rubens Dionisio da Silva Lopes

**Da Senzala ao Novo Horizonte: identidades culturais e a militância
na imprensa negra paulista entre 1945 e 1948**

Mestrado em História Social

São Paulo
2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Rubens Dionisio da Silva Lopes

**Da Senzala ao Novo Horizonte: identidades culturais e a militância
na imprensa negra paulista entre 1945 e 1948**

Mestrado em História Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Heloisa de Faria Cruz.

São Paulo
2023

BANCA EXAMINADORA

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo amparo financeiro para a realização desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

À professora Heloisa de Faria Cruz pelo apoio e acolhimento deste projeto de pesquisa, viabilizando sua produção e conhecimento sobre a historiografia e estudos sobre a imprensa no Brasil, especialmente sobre os periódicos contra hegemônicos. Obrigado por me apoiar nos momentos mais difíceis destes últimos anos.

À historiadora Nicole Nomura por me incentivar e apoiar na produção do meu projeto de pesquisa lá em 2020 ao me apresentar os acervos dos periódicos paulistas localizados na Universidade de São Paulo.

Agradeço também a minha amiga Michele Silva pelas trocas e por compartilhar sua caminhada me ajudando em tudo a analisar a conjuntura e condição do trabalhador negro na primeira metade do século XX em São Paulo, ausência constante em parte das produções historiográficas e na memória social.

Agradeço a todo o corpo docente e aos funcionários do Departamento de História, em especial ao professor Amailton Azevedo e à professora Maria do Rosário por me ajudarem com apontamentos e discussões incríveis para à minha pesquisa ao longo dos últimos anos.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, amigos de vida. Que felicidade e vivência esse encontro é.

Agradeço aos meus amigos de infância da zona norte de São Paulo, por onde estiverem, ao me apoiarem e participarem desta trajetória.

Obrigado Aline Gregório por todo seu apoio, carinho e conhecimento compartilhados comigo. Um obrigado imenso também a Sidney Zonatto pelas trocas e risadas durante estes anos de pesquisa dentro dos corredores da universidade.

Por último, agradeço a minha família, especialmente meus pais, por possibilitarem minha caminhada por estas bandas.

“Mais poderoso que as chibatas, mais soberanos que o autoritarismo dos escravocratas, sobretudo mais rígidos que a rigidez do caráter daquela gente que desnaturadamente alimentava a importação de seres humanos, esses brados de Castro Alves contra as vilezas dos navios negreiros conseguiu vencer todas as atrocidades e, ainda hoje permanece de pé, como símbolo de um verdadeiro altruísmo, e, deve servir de paradigma a essa nova geração que pugna pela liberdade dos povos!”
(O Novo Horizonte, maio de 1947)

RESUMO

Esta dissertação analisa o papel da imprensa negra paulistana na articulação dos movimentos negros e lutas entre 1945 e 1948, problematizando o papel dos periódicos e dos jornalistas negros na divulgação de propostas e na promoção do debate sobre a configuração das identidades culturais, bem como sobre o lugar das populações negras na construção e composição da nacionalidade. Privilegiando o estudo das trajetórias e da militância dos chamados “colaboradores” da imprensa negra que durante aqueles anos atuaram nos jornais *O Novo Horizonte* e *Alvorada* e na revista *Senzala*, indaga sobre os sentidos históricos de suas lutas e propostas contra o racismo e pela afirmação dos direitos sociais das populações negras no país.

O texto da dissertação compreende três capítulos que abordam as principais questões analisadas. O primeiro capítulo apresenta e discute os projetos gráficos, editoriais das três publicações bem como as articulações de intelectuais negros em redes associativas e de comunicação durante a primeira metade do século passado, mas especialmente após o fim do Estado Novo. Já o segundo aborda a trajetória dos jornalistas negros e debate suas proposições sobre o lugar do negro na sociedade brasileira, problematizando suas articulações políticas em entidades próprias, suas concepções sobre racismo e suas propostas para a promoção do negro visando sua integração econômica e cultural à nação e a vida nacional. O terceiro e último capítulo analisa a intervenção destes periódicos no campo das disputas em torno da memória social sobre o negro, ressaltando as denúncias sobre as formas de privação forçadas impostas aos africanos e seus descendentes e as perspectivas de revisão e rediscussão da memória coletiva. Destaca perspectivas memoriais daqueles movimentos em que se sobressaem os temas da imagem da mãe preta, os sentidos do 13 de Maio e do papel dos abolicionistas e que ressoam numa agenda social com repercussão nas lutas atuais contra o racismo estrutural e pela defesa de políticas afirmativas como as cotas raciais para o ensino universitário e a obrigatoriedade do ensino de culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas nas escolas do ensino básico e superior.

Palavras-chave: imprensa negra, movimentos sociais negros, associativismo, memórias negras

ABSTRACT

This dissertation analyzes the role of the São Paulo black press in the articulation of black movements and struggles between 1945 and 1948, questioning the role of black journals and journalists in disseminating proposals and promoting debate on the configuration of cultural identities as well as on the place of black populations in the construction and composition of nationality. Prioritizing the study of the trajectories and militancy of the so-called “collaborators” of the black press who, during those years, worked in the newspapers *O Novo Horizonte* and *Alvorada* and in the magazine *Senzala*, it inquires about the historical meanings of their struggles and proposals against racism and for the affirmation of social rights of black populations in the country.

The text of the dissertation comprises three chapters that address the main issues analyzed. The first chapter presents and discusses the graphic and editorial projects of the three publications, as well as the articulations of black intellectuals in associative and communication networks during the first half of the last century, but especially after the end of the Estado Novo. The second one deals with the trajectory of black journalists and discusses their propositions about the place of blacks in Brazilian society, problematizing their political articulations in their own entities, their conceptions about racism and their proposals for the promotion of blacks, aiming at their economic and cultural integration to nation and national life. The third and final chapter analyzes the intervention of these periodicals in the field of disputes around the social memory of black people, highlighting the denunciations about the forms of forced deprivation imposed on Africans and their descendants and the perspectives of reviewing and re-discussing collective memory. It highlights memorial perspectives of those movements in which the themes of the image of the black mother stand out, the meanings of the May 13th and the role of abolitionists and which resonate in a social agenda with repercussions in the current struggles against structural racism and for the defense of affirmative policies such as racial quotas for university education and the mandatory teaching of African, Afro-Brazilian and indigenous cultures in primary and higher education schools.

Keywords: black press, black social movements, associativism, black memories

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Edição do Alvorada de setembro de 1946 retratando a figura da mãe negra.....	27
Figura 2 – O Novo Horizonte, edição de novembro de 1946.....	29
Figura 3 – Contracapa da edição de janeiro de 1946.....	30
Figura 4 – Revista Senzala, edição de janeiro de 1946.....	41
Figura 5 – Edição de novembro do jornal Alvorada.....	42
Figura 6 – Terceira página o jornal Alvorada de outubro de 1945.....	48
Figura 7 – Revista Senzala, janeiro de 1946, página 10.....	54
Figura 8 – Alvorada, edição de 1946.....	64
Figura 9 – Título de honra entregue aos associados da ANB.....	68
Figura 10 – Edição de maio de 1946 do jornal Alvorada.....	76
Figura 11 – Alvorada em seu segundo ano de circulação, maio de 1947.....	83
Figura 12 – <i>Alvorada</i> , edição especial em homenagem à representação da mãe negra, setembro de 1946.....	93

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
 CAPÍTULO 1 – IMPRENSA NEGRA: REDES DE COMUNICAÇÃO PELA CIDADE DE SÃO PAULO	22
JORNAL ALVORADA	27
O NOVO HORIZONTE	29
SENZALA	30
1. OS JORNAIS E SEUS PRODUTORES, TERRITÓRIOS E REDES DE COMUNICAÇÃO.....	33
 CAPÍTULO 2 – TRABALHO, EDUCAÇÃO E RAÇA NOS MOVIMENTOS NEGROS EM SÃO PAULO	49
1. A CNB EM MOVIMENTO POR UMA LEGISLAÇÃO ANTI-RACISTA	51
2. O ALVORADA, A ASSOCIAÇÃO DOS NEGROS BRASILEIROS E O “LEVANTAMENTO CULTURAL DOS NEGROS.....	64
3. EM MEIO À UNIDADE, TENSÕES E DIVERGÊNCIAS NO MOVIMENTO.....	72
 CAPÍTULO 3 – DISPUTAS POR MEMÓRIA SOB OLHAR DOS ESCRITORES.....	76
3.1 VISÃO DO 13 DE MAIO E O SIGNIFICADO DA LEI ÁUREA: DÁDIVA OU CONQUISTA?	80
3.2. A MÃE NEGRA NA CONSTITUIÇÃO DOS EDITORIAIS DA IMPRENSA NEGRA.....	93
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
 FONTES.....	101
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar o papel da imprensa negra paulistana na articulação interna dos movimentos negros em São Paulo e na divulgação de propostas e promoção do debate sobre a configuração das identidades culturais e sobre o lugar das populações negras na construção e composição da nacionalidade na década de 1940. Para tanto, selecionei periódicos da imprensa negra publicados entre os anos 1945 e 1948, os periódicos mensais da cidade de São Paulo *Alvorada*, *Senzala* e *O Novo Horizonte*, todos disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo e no acervo digital da Universidade de São Paulo.

Por ter trabalhado com jornalismo, a pesquisa na imprensa sempre me atraiu. O interesse pela pesquisa sobre imprensa negra surgiu após minha convivência com as mídias negras independentes, tais como *Notícia Preta*, *Alma Preta*, site Mundo Negro, entre outros veículos e coletivos. Ao adentrar a graduação em História, fui intensificando meu interesse pela pesquisa histórica sobre a descolonização dos corpos negros, negro que sou, até resultar na presente dissertação. Portanto, a pesquisa pode ser compreendida como um reflexo de uma inquietude particular quanto às projeções simbólicas, culturais e sociais da imprensa não comercial brasileira e seus impactos sobre as populações negras no presente e no passado.

Ademais, a escolha pelo recorte temporal se deu pela conjuntura do período do final do Estado Novo, em que se deu a reconfiguração da imprensa negra e a emergência em suas páginas da discussão que articulava a questão da integração nacional ao debate sobre identidades culturais negras e as dinâmicas raciais que aplanavam as tensões sociais no Brasil. Tais dinâmicas foram marcadas pelo acirramento das tensões classistas e pela reestruturação da identidade nacional, após a popularização de expressões afro-brasileiras, em parte ocorrida por causa da expansão das rádios e sambas. Naquela conjuntura, desde os primeiros meses de 1945, Getúlio Vargas havia sido pressionado pela sociedade civil e pelas elites políticas a retomar as eleições gerais e a legalização dos partidos políticos. Os

movimentos negros e sua imprensa se mostraram atores ativos no processo político que encaminharia o fim do Estado Novo.

Os três periódicos *Senzala*, *O Novo Horizonte* e *Alvorada* foram selecionados para análise em decorrência de sua grande circulação dentro das comunidades negras da cidade de São Paulo, e também porque são, ao que indica a historiografia e a pesquisa de fontes, os únicos veículos negros publicados e circulados àquele período na cidade de São Paulo.

No diálogo com esses materiais interessa-nos particularmente problematizar a visão desses periódicos diante das questões sobre a configuração das identidades culturais e o lugar das populações negras na construção e composição da nacionalidade. Trata-se também de indagar a respeito do lugar atribuído à memória histórica dos negros no Brasil na discussão sobre a nação e o nacional sob as perspectivas dos veículos aqui pesquisados.

Como indica Joselina da Silva (2003) em seu artigo “A união dos homens de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50”, após o término do Estado Novo e a eleição de Eurico Gaspar Dutra, a imprensa negra, que havia sofrido censura, experimentou um novo ressurgimento, retomando as discussões sobre as experiências cotidianas do negro brasileiro e sobre a “necessidade de unidade do negro”. Então, para alguns desses jornais tornava-se necessário fomentar a chamada “segunda abolição”¹ através de uma autoanálise crítica sobre a inserção do negro no modo de vida urbano e produtivo, período esse, lembremos, de crescente industrialização dos países latino-americanos diante do capitalismo dependentista², alterando demasiadamente as migrações internas e dinâmicas coletivas nos grandes centros comerciais e nas zonas rurais.

Na edição de janeiro de 1946 da revista *Senzala*, em um artigo referente à Convenção do Negro Brasileiro, Aguinaldo de Oliveira Camargo reflete a respeito da necessidade de revisar as políticas públicas a nível nacional:

¹ Parte dos textos dos articulistas da imprensa negra paulistana problematizava a realidade do negro ao definir a busca por melhores condições de vida e trabalho como um movimento pela “segunda abolição”.

² Refiro-me à economia baseada na manutenção da exportação agrícola em larga escala e da cultura latifundiária implantada desde a formação do Brasil colonial, característica comum à economia das ex-colônias.

O problema do negro brasileiro é antes de mais nada um problema de educação, secundado pelo fator econômico [...] deram liberdade em massa para o povo negro de maneira contraindicada. Concederam o direito de cidadão ao escravo que ainda não havia se aculturado e estava ainda num estado de servidão econômica. Isso se generalizou até os nossos dias. (SENZALA, jan. 1946, p. 11)

Observa-se, na conjuntura paulista daquele recorte temporal, uma rede de jornalistas, articulistas, literatos e colaboradores dentro da imprensa negra formada em clubes, sociedades anônimas e associações negras em cidades como Campinas, São Paulo, Santos e Piracicaba. Esses grupos de jornalistas e escritores, majoritariamente trabalhadores de serviços públicos e de baixa renda, escreviam visando o público negro com o intuito de ampliar a consciência acerca das barreiras históricas impostas às populações negras, divulgar análises sobre a desigualdade de renda, além de fomentarem-se como territórios de afeto desses sujeitos através de uma perspectiva educativa e histórica.

Atuando em uma São Paulo que se urbanizava a passos acelerados, inicialmente pode-se destacar dois eixos temáticos relevantes nesses jornais que nos auxiliam a compreender parte das discussões propostas pelos colaboradores da imprensa negra: a reflexão sobre o lugar e o papel do negro na “construção nacional”, suas resistências e a experiência cotidiana de se viver em uma ex-colônia; e as disputas no terreno da memória social, que se centram em temas como a imagem da mãe negra ou mãe preta, as formulações elaboradas sobre o 13 de Maio e as figuras dos abolicionistas do século XIX, disputas essas entendidas como espaço da construção de uma nova identidade.

Diante da condição de marginalização das expressões culturais e políticas afro-brasileiras, vistas como subproduto cultural de uma etnia inferiorizada durante séculos, sintoma da estereotipação dos corpos não brancos como incapazes de elaborar análises de conjuntura política, econômica e social, a imprensa negra acentua seu caráter de protesto. Naqueles anos, após a reabertura política, os jornais e as revistas da imprensa negra ampliaram a percepção de que suas demandas e interesses não seriam veiculados pela grande imprensa, voltada às experiências

eurocentradas dos discursos hegemônicos, tanto no plano cultural como no socioeconômico.

Através desses temas trazidos pelas fontes, busca-se acompanhar as diferenças de posicionamentos que esses periódicos deixam ver quanto a temas relacionados à concepção de raça, identidade negra, nacionalismo e ancestralidade ou memória dos antigos, os pais, avós e bisavôs de parte significativa das populações negras da primeira metade do século XX.

No desenvolvimento da pesquisa, destaca-se a importância das formulações de Paul Gilroy (2001) a respeito da transnacionalidade dos diálogos culturais e artísticos e das tecnologias de comunicação no *Atlântico Negro* que se fizeram presentes nas páginas dos veículos negros supracitados, sobretudo no que se refere à sua repercussão em outras localidades do Brasil e ao diálogo direto com a imprensa negra estadunidense e consequente produção filmográfica, dramatúrgica, musical, esportista e epistemológica envolvendo as populações negras dos Estados Unidos.

Outro autor que nos auxilia na historicização dos veículos produzidos é Stuart Hall (1992), em “A identidade cultural na pós-modernidade”, ao pensarmos a construção da identidade negra sem o prisma da rigidez da metafísica da raça, ou seja, pensar a trajetória do jornalista independente negro dos anos 1940 sem a perspectiva de uma identidade permanente e imutável. Discussão essa que também é proposta por Gilroy em “Atlântico Negro”. Tais perspectivas nos instigaram a percorrer e a conhecer as trajetórias dos jornalistas e articulistas atuantes no círculo de ativistas e educadores negros da cidade de São Paulo e migrados do interior do estado atinente durante os anos 1940.

Quanto à historicização e metodologia de análise sobre memória constituída em forma de disputa por memória, destaca-se a formulação pautada por Maurice Halbwachs em “Memória coletiva”, em torno da memória como um fenômeno coletivo e social, portanto, elaborado em coletividade e submetido a flutuações e transformações (POLLAK, 1992).

A respeito das metodologias sobre a comunicação como fonte histórica, faz-se importante lembrar as abordagens propostas pelas historiadoras Marialva Barbosa em “Múltiplas formas de contar uma História” (2010), Heloisa de Faria Cruz e Rosário Peixoto em “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa” (2007),

em torno da compreensão da imprensa como uma ferramenta de comunicação para intervir nas dinâmicas sociais.

No caminho da pesquisa, o diálogo com alguns estudos sobre os movimentos negros foi de fundamental importância. Nessa direção, revisito a historiografia sobre a imprensa negra, que se estabeleceu no Brasil desde 1833, com a fundação do *O Homem de Cor*, na cidade do Rio de Janeiro, e suas críticas à discriminação racial. (PINTO, 2010) Desde então, essa imprensa passou por diversas transformações em diferentes perspectivas: sua composição gráfica, seu projeto editorial quanto ao racismo e às projeções culturais das populações negras, além dos espaços comunitários e redes de socialização.

Em princípio, a emergência dessa imprensa articulou-se na formação das irmandades religiosas, e por meio delas conseguiu espaço de exposição em diferentes regiões do Brasil. Posteriormente sucedidas pelas sociedades de recreação e dança, até o aparecimento das associações de ajuda mútua, representando algum grau de centralização de demandas entre os grupos negros urbanos no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também em outras localidades do Brasil.

Visto isso, vale revisitar a memória da imprensa negra desde o século retrasado não somente para sobrepor-se a uma lacuna nas referências coletivas do brasileiro quanto às resistências seculares das populações negras, mas também como uma evidência histórica desde então, visto que, como apontam os pesquisadores José Roberto Gonçalves (2012) e Ana Flávia Magalhães Pinto (2010), parte da historiografia segue situando a emergência da imprensa negra brasileira apenas no século XX.

Ainda nesse conjunto de estudos sobre a imprensa negra, destacam-se as reflexões da antropóloga e historiadora Marina Pereira de Almeida Mello (2013) a respeito das propostas defendidas pela imprensa negra durante os anos 1920 que reverberam na produção dos jornalistas e articulistas negros independentes do período posterior.

Através das páginas dessas fontes advindas de modestas folhas em tinta atravessadas pelas trajetórias de seus articuladores percebe-se que desde o século retrasado já se reivindicava o acesso a cargos públicos entre as populações negras libertas. Portanto, é necessário perceber que tais preocupações sob a perspectiva do

negro na divisão do trabalho controlada por brancos ganharam forma na produção jornalística negra do século retrasado, projetaram-se na imprensa negra durante os anos 1940, recorte temporal da presente pesquisa, mantendo-se na atualidade quando observamos a atuação dos veículos independentes em websites e redes sociais.

O primeiro periódico paulistano de negros para negros tido por parte da produção historiográfica, *O Menelick*, foi lançado ao público no ano de 1915. O jornal homenageava em seu nome o imperador etíope responsável por liderar as tropas vitoriosas de seu país na primeira guerra ítalo-etíope. Evidencia-se, através da pesquisa “Cem anos de imprensa negra em São Paulo: da descoberta à edição fac-similar”, de Teresa Malatian (2018), a iminência de um jornal focado na exposição de poesias de membros de sua comunidade e um discurso menos incisivo quanto a problematizações diante do racismo brasileiro, portanto, com seções de denúncia não tão diagramadas como nos impressos da década seguinte, conforme aponta a historiografia.

A partir da fundação desse jornal, três décadas se passaram até a elaboração dos veículos aqui estudados. Como nos aponta Clóvis Moura (2002), em sua produção sobre imprensa negra, nesse intervalo de tempo, principalmente a partir dos anos 1920, observou-se uma transformação da imprensa negra paulista que já ocorrera anteriormente em periódicos exclusivamente negros de outras localidades. Novamente, Teresa Malatian nos mostra que a partir do século XX essa imprensa assume mais e mais o caráter de protesto.

Conforme apontam os pesquisadores supracitados, já no início dos anos 1930 identifica-se uma tomada de consciência nacionalista sinalizada pela reivindicação de um lugar para o negro na construção nacional, mas com uma abordagem focada na crítica à memória oficial sobre o 13 de Maio e no direito ao espaço público sob a égide de iniciativas propostas pelas comunidades negras.

Em “Imprensa negra paulista (1915-1960)”, Miriam Nicolau Ferrara (1986) periodiza a imprensa negra paulista em três momentos ao longo do século XX. Segundo a autora, na primeira fase, entre os anos 1915 e 1930, os jornais caracterizavam-se por repercutir demandas internas das associações de recreação e de sua comunidade, sempre numa perspectiva voltada para a integração do negro na sociedade brasileira, sobretudo através do letramento. A segunda fase, localizada por

ela no período da transição da República Velha para o Estado Novo, especialmente com a ascensão da Frente Negra Brasileira, foi marcada por um enfoque dos negros articulistas e jornalistas em textos de caráter comunitário e mais preocupados com a incursão do negro no sistema político-partidário. A terceira fase, na qual se situa nossa pesquisa, que se inicia em 1945 e se estende até 1963, seria marcada sobretudo pelo ressurgimento da atuação dos jornalistas, articulistas, contistas e militantes negros após o distensionamento entre a polícia política do Estado e as demais forças políticas que foram reprimidas e censuradas durante o Estado Novo.

Assim, a dinâmica desses jornais articulava-se às conjunturas nacionais, como aponta a metodologia de análise da imprensa negra paulistana proposta por Clóvis Moura (2002). A meu ver, ambas as periodizações se complementam, na medida em que para esse autor a primeira fase acaba em 1923, sob a égide de um editorial majoritariamente literomusical; e a segunda vem a público entre a ascensão de Vargas em 1930 e a implantação do Estado Novo, sob uma perspectiva combativa diante dos racismos dentro das dinâmicas sociais e econômicas da sociedade brasileira em uma São Paulo paulatinamente europeizada pela imigração, além das crescentes imposições simbólicas e práticas das teorias eugenistas no Brasil.

Sobre o papel da imprensa negra na conjuntura política pós-Estado Novo, Clóvis Moura fez a seguinte avaliação a respeito da articulação social de negros em São Paulo após 1945:

O momento das grandes reivindicações políticas marca o terceiro período (1945-1963), com elementos do grupo negro se filiando em partidos políticos da época ou se candidatando a cargos eletivos. (MOURA, 2002)

Assim, percebemos que antes do Estado Novo havia uma reivindicação grande por parte das populações negras pela formação de um partido negro tal como foi a Frente Negra Brasileira³. Entretanto, o que podemos observar é que já nos anos 1930 um grupo numeroso de dissidentes da Frente Negra Brasileira articularam-se e, na década seguinte, ajudariam a protagonizar a condução dos jornais negros da cidade de São Paulo. Isso posto, o excerto anterior mostra que a imprensa negra

³ Como partido, a Frente Negra Brasileira teve vida curta, após Getúlio Vargas proibir todos os partidos em 1937.

atravessou a passagem para o governo de Eurico Gaspar Dutra com ares de sobrevivência e reivindicação diante da marginalização das populações negras brasileiras.

Os jornais *O Novo Horizonte*, *Alvorada* e a revista *Senzala*, objetos desta nossa pesquisa, inserem-se na terceira fase, sob fulcro de Clóvis Moura (2002) e Miriam Nicolau Ferrara (2002), definida como sendo composta por uma imprensa negra que, apesar de seus projetos editoriais heterogêneos, refletia em seus diversos textos a preocupação com a unidade das populações negras. Os periódicos selecionados em diversos momentos recorriam a uma análise que se centrava no combate à discriminação racial, tendo como perspectiva mais ampla a melhoria da qualidade de vida do negro, tanto no campo do trabalho como na educação formal e profissional.

Dentro dessa perspectiva historiográfica, os jornais e as revistas dessa fase nos mostram que os grupos sociais negros letrados de São Paulo se postaram como sujeitos sociais ativos, que buscaram sua inserção nas discussões sobre a sociedade brasileira, não só no âmbito da informação noticiosa sobre a cidade e a comunidade local, como também na política nacional e nos debates acadêmicos sobre o negro.

O desejo de parte dos jornalistas independentes expresso em seus textos era combater o desemprego, o subemprego e a inoperância do poder público em lidar com as necessidades da educação formal e empregatícias do trabalhador negro. Essas demandas já se evidenciavam com bastante veemência na imprensa negra paulista desde a segunda metade dos anos 1920 e se restabeleceram na comunicação autônoma após o fim do Estado Novo através dos três periódicos aqui pesquisados.

Cabe pontuar a centralidade das entidades de ajuda mútua na convivência das populações negras e na produção dos jornais. Nelas eram praticados encontros, debates e festividades. Para efeito elucidativo, Laiana Lannes Oliveira (2008) faz o seguinte apontamento:

Embora as atividades apresentassem um caráter majoritariamente recreativo, relacionavam-se diretamente com a questão racial, na medida que buscavam recuperar elementos históricos de significância na trajetória do negro brasileiro. Além disso, a prática associativa criava laços de solidariedade,

estimulava padrões comportamentais e desenvolvia elementos coletivos de identificação. [...] Enquanto os operários, muitos deles imigrantes, lutavam por melhores condições de trabalho, a luta travada pelas lideranças negras no início do século [...] tinha como ponto central a integração do negro na sociedade e a união do grupo, focando como principal via de acesso a esses objetivos a mudança no comportamento social e moral dos próprios negros.

Assim posto, percebe-se que as associações e sociedades anônimas, com seus respectivos veículos existentes ao longo das primeiras décadas do século XX, tiveram um papel comunitário relevante para a criação de identidades e elaboração contínua de subjetividades para os negros em São Paulo, além de terem sido importantes para a publicação e circulação dos três veículos.

Memórias dos próprios jornalistas nos falam sobre esses ambientes. Em depoimento colhido por Luiz Cuti entre 1983 e 1984 para o acervo da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, José Correia Leite, um dos fundadores d'*O Clarim d'Alvorada* (1924) e do *Alvorada* (1945), fez a seguinte pontuação sobre a atuação dos articulistas negros de jornais como *O Clarim d'Alvorada*, também tido como jornal de resistência:

“Tudo o que surgia de novo se dava nas rodas, nas ruas, nos bares. Às vezes a gente chegava num bar ali pelas oito horas da noite e esquecia o tempo naquelas discussões. Os negros se reuniam ali na Rua Quintino Bocaiúva, Praça da Sé e Praça João Mendes, onde tinha um café chamado Café do Adelino. Muitos se encontravam próximo dos salões de bailes. Havia os que não frequentavam baile, depois que já tinham ideia formada.” (cf. CUTI, 1992)

Naquele momento, como indicam vários estudos, entre os quais aqui se destacam os de Amailton Azevedo (2017) e Raquel Rolnik (1989), as populações negras já constituíam territórios fortemente marcados por sua presença. Territorialidade que era articulada pela junção dos lugares de moradia dos trabalhadores e operários negros com os espaços de lazer, como o Largo da Banana, no então bairro operário da Barra Funda, ou outras localidades da capital paulista, tais como a Liberdade, Lavapés, o Bixiga, Canindé, Belenzinho, Consolação, entre outras. Como aponta Raquel Rolnik, nesses espaços:

[...] não só moravam negros como se configuraram territórios negros importantes, com suas escolas de samba, terreiros, times de futebol e salões de baile. Ainda nas primeiras décadas do século [...] organizaram-se também sociedades negras, com atividades culturais e recreativas que envolviam a publicação de jornais, a produção literomusical e teatral, passeios, piqueniques e bailes de fim de semana em salões alugados. Em São Paulo, como no Rio, os chamados “Salões de Raça”, situados no Centro da cidade, eram a opção de lazer da “elite negra” (funcionários públicos, comerciários, contadores e técnicos). (ROLNIK, 1989)

Observam-se, com isso, redes de socialização dos negros que se estabeleceram em uma cidade de São Paulo sob intenso processo de crescimento metropolitano, urbanização desenfreada e marginalização de grupos sociais não assistidos pelo poder público. Como nos evidenciam os estudos de Raquel Rolnik (1989), essas redes consistiram em diversas projeções sociais e culturais que não podem ser subtraídas ao se analisar a imprensa produzida por escritores durante a década de 1940.

Ainda pensando as discussões que articulam memória e identidades negras, resta indicar que os jornais e a revista demonstram com veemência em seus artigos, contos e poesias a intenção de rediscutir e revisar dimensões da memória instituída, como no caso da caracterização da Princesa Isabel como redentora, o legado do 13 de Maio e as políticas eugenistas, para assim pensar as demandas do negro nos anos 1940. Para além desses aspectos, esses periódicos recuperaram e recordaram as lutas abolicionistas e alguns de seus líderes sociais, para assim arriscarem determinar sua presença espacial, simbólica, política e cultural na sociedade brasileira e na imprensa tida como popular e independente.

Com essas perspectivas, no primeiro capítulo pretende-se apresentar um pouco mais detalhadamente as três publicações selecionadas, discutir seus projetos gráficos, editoriais e as articulações de intelectuais negros, consubstanciando a formação de suas redes associativas e de comunicação durante a primeira metade do século passado, mas especialmente após o fim do Estado Novo.

O segundo capítulo aborda a trajetória dos jornalistas colaboradores em conjunto com o debate a respeito do lugar do negro na formação da nacionalidade e

nas políticas públicas, enfatizando suas reivindicações de acesso ao letramento e à educação gratuita para elevação da condição econômica das populações negras. Enfoca ainda a atuação do associativismo durante o processo de elaboração e constituição de um manifesto direcionado à imprensa, às classes políticas e demais setores da sociedade, caracterizando um marco importante na historicização dos movimentos por resistência e acesso a direitos sociais no Brasil e na América Latina.

O terceiro e último capítulo aborda a intervenção desses periódicos no campo das disputas em torno da memória social sobre o negro, suas denúncias sobre as formas de privação forçadas impostas aos africanos e seus descendentes e as suas perspectivas de revisão e rediscussão da memória coletiva hegemônica acerca do papel do negro na formação e constituição histórica e socioeconômica do Brasil. Aí destacamos as formulações sobre a construção de uma nova identidade em torno da memória produzida pelos articulistas, poetas, contistas, seções de provérbios e cultura publicados nos veículos, em que se sobressaem os temas da imagem da mãe negra ou mãe preta, as formulações elaboradas sobre o 13 de Maio e as figuras dos abolicionistas do século XIX.

CAPÍTULO I – IMPRENSA NEGRA: REDES DE COMUNICAÇÃO PELA CIDADE DE SÃO PAULO

O objetivo deste capítulo é analisar os periódicos da imprensa negra selecionados, destacando seus projetos editoriais, bem como tratar dos territórios e das redes de articulação em que esses veículos se inserem.

Os veículos da imprensa negra aqui analisados, como grande parte dessa imprensa desde suas origens, buscavam articular-se como uma rede de comunicação baseada na edição e circulação de veículos feitos por negros para os negros. Trata-se de periódicos de pequeno porte, mensais, amplamente estruturados por colaboradores da comunidade e das associações, mantidos através de mútua organização financeira e com poucos patrocínios.

Os diversos periódicos, com o objetivo de fomentar a consciência racial⁴ das populações negras paulistanas e fortalecer as lutas coletivas, traziam para suas páginas as discussões que animavam as várias correntes e associações do movimento com relação a política, cultura, identidade, memória e experiências ancestrais, promovendo as reivindicações econômicas e sociais e as atividades associativas, assim como a unidade sobre as lutas comuns.

Os três jornais selecionados surgiram durante a conjuntura de distensão das políticas de repressão e censura do Estado Novo, durante os anos de 1945-1946, possibilitando que diversos veículos de comunicação, grandes, médios e pequenos, se reorganizassem e reformulassem suas redes de circulação e produção. Nesse ínterim, os periódicos negros restabeleceram-se pela São Paulo.

Assim, podemos depreender que essa imprensa restabelecida se projetava como uma ferramenta de interlocução das comunidades negras. Os periódicos viviam um momento de reorganização e restabelecimento de suas bases de colaboradores após criminalização e censura dos movimentos sociais, operários e a imprensa contra-hegemônica durante o Estado Novo.

⁴ Àquela época conjecturada como consciência étnica ou do problema do negro pelos veículos.

Em artigo intitulado “Combatamos o bom combate”, publicado na edição de janeiro de 1946 do *Alvorada*, Raul Amaral, membro atuante da Associação dos Negros Brasileiros e colaborador dos dois jornais aqui pesquisados, fez a seguinte análise de seu tempo, da correlação de forças sociais e da situação em que se encontrava a militância negra:

É cedo, muito cedo mesmo, para se tentar uma apreciação sociológica ou histórica do importante acontecimento que assinala o surto, ou melhor, o ressurgimento de livre associação do negro brasileiro, sufocado durante vários anos pela orientação política que julgava a opinião pública do país. (RAUL AMARAL EM ALVORADA, jan. 1946, p. 1)

Atento à situação socioeconômica do negro brasileiro durante a primeira metade do século XX, Raul ressoa mais uma vez, desde o chamado “ressurgimento” dos movimentos negros em 1945, a urgência, segundo seu ponto de vista, de que os grupos de intelectuais orgânicos negros aos quais pertencia atentassem aos novos desafios de reorganização da coletividade negra. O articulista colaborador dessa edição do *Alvorada* complementa sua reflexão sobre a conjuntura das populações negras daquele ano em um texto entusiasmado:

Em São Paulo, como no resto do Brasil, o negro se movimenta com o objetivo de retornar ao trabalho pela conquista definitiva daquelas prerrogativas fundamentais de cidadãos, através de verdadeiros planos de atividade que permitam a realização dos velhos anseios acalentados pela grande família. (RAUL AMARAL EM ALVORADA, jan. 1946, p. 1)

O pequeno fragmento do artigo de Raul demonstra sua percepção em torno da propensão ao retorno das atividades de ajuda mútua através das entidades e associações, vistas por ele como espaços nodais da chamada “grande família” negra brasileira.

Nesse meio-tempo em que as bases associativas se recompunham, a cidade se industrializava e crescia em detrimento da comodidade urbana das populações

nacionais pobres⁵. A cidade de São Paulo estava diante do seu segundo período de industrialização nos anos 1940, quadro em que a metrópole se pautava pela elevação do mercado de consumo e transformava-se através das tecnologias de comunicação e transporte, intervindo diretamente na relação dos paulistanos com a “cidade que não dorme”.

Os veículos de comunicação negros da cidade de São Paulo pesquisados podem ser percebidos e lidos como resultado de um processo de elaboração de redes de circulação de informação para incursão na cidade letrada, através da comunicação impressa no formato de jornal. Essa imprensa demonstrou-se uma estratégia viável de articulação para os afro-brasileiros desde os anos 30 do século XIX. Após o findar dos anos 1920, com o aumento da instalação de tipografias no Brasil, jornais e revistas contra-hegemônicos de diversas correntes e segmentos sociais nasceram sob perspectiva de publicação mais frutífera.

Deve-se lembrar que a essa conjuntura somava-se a crescente industrialização das capitais brasileiras, com aporte da imigração de estrangeiros, sobretudo europeus, fruto de um projeto de embranquecimento sob égide de teorias eugenistas, como a pseudociência em torno do branco europeu portador de “bons modos” no trato com o maquinário, ideário racista difundido para articular a segregação da nova classe trabalhadora formada durante a primeira metade do século XX.

Outro fator que despontou foi a formação de uma prática de consumo dentro da cidade de São Paulo que influenciou na dinâmica de produção de veículos impressos com as mais diversas temáticas, especialmente com a emergência da influência da publicidade no começo do século XX. A impressão continuava cara para os pequenos jornais, mas acessível se organizada através de mutirões dos colaboradores e publicização intermitente de suas páginas.

Constatado esse projeto de marginalização dos trabalhadores negros na cidade de São Paulo, os jornalistas colaboradores passaram a produzir literatura,

⁵ Casé Angatu denomina os grupos indígenas e negros, mas também brancos pobres da passagem do século XIX para o XX de populações nacionais pobres em “Nem tudo era italiano”. Segundo o trabalho de pesquisa do professor e historiador, os grupos negros e indígenas compunham um enorme segmento da cidade, aproximadamente metade da população que era marginalizada dentro de uma série de projetos eugenistas de uma cidade que se moldava às imigrações na manipulação da força de trabalho e às manufaturas cada vez mais expansivas. (SANTOS, 2017)

divulgar eventos e atividades, além dos editoriais de análise da vida do negro brasileiro sob forma de denúncia e circulação de ideias, o que não lhes era permitido na imprensa comercial.

No artigo “Minhas expressões”, publicado no jornal *O Novo Horizonte*, escrito por Sofia Campos, pode-se depreender mais um pouco o sentido da produção de veículos negros, ao observarmos a inserção desses periódicos comunitários na experiência cotidiana e urbana através da seguinte perspectiva formulada pela articulista:

Pela imprensa, tem o homem arrancado às entranhas sociais interesses para a coletividade; pela imprensa tem-se criado meios de facilitar a cultura de um povo, estreitar as relações, culturais e econômicas [...] para atingir o seu resultado, mister se faz reunir todos os idealistas, afim relacionadas as suas ideias aos trabalhos que ligam às classes⁶, podendo empreender uma luta forte e rígida contra as imperfeições que elas registram. (SOFIA CAMPOS EM O NOVO HORIZONTE, jul. 1946, p. 1-3)⁷

O excerto apresentado do artigo “Minhas expressões” credita aos veículos jornalísticos uma capacidade de intervenção social relevante e iminente. Para Sofia, os jornais e revistas pretos se projetavam como uma ferramenta de articulação de “idealistas”: líderes de movimentos negros e militantes, formadores de opinião, pesquisadores e comunicadores afro-brasileiros. Sofia deu relevância à capacidade de difusão de informação sobre o racismo estrutural e institucionalizado que a imprensa contra-hegemônica poderia oferecer, sobretudo na luta pela união, alfabetização e profissionalização do negro, ou seja, um espaço de denúncia e pressão popular diante da inoperância do Estado e do racismo expresso em sociedade.

Assim, vale introduzir um pouco sobre as linhas editoriais dos jornais antes de articular a atuação associativa e a trajetória dos colaboradores da imprensa negra.

⁶ Sofia se refere aqui especialmente aos negros. Como veremos no próximo capítulo, para grande parte dos chamados “idealistas” negros, a raça era pautada pela cultura. Portanto, a raça não era biológica, mas sim um processo cultural sob os holofotes dos editoriais negros. Assim, ocorre ocasionalmente nesses periódicos negros de São Paulo a utilização do termo “classe” para se referir às populações negras.

⁷ Artigo escrito por Sofia Campos em contribuição ao recém-inaugurado jornal. A articulista deposita seus votos de confiança ao jornal e destaca seus desafios como imprensa negra.

Conforme veremos no segundo capítulo, o jornal *Alvorada* apresentava uma narrativa mais voltada para a formação de associações e a incorporação do negro no mercado de trabalho. O jornal *O Novo Horizonte*, por sua vez, apresentou uma perspectiva mais crítica quanto à formação das elites industriais e agrícolas no Brasil diante da prospecção da segunda abolição, uma centralidade organizativa dentro do associativismo negro e também através da inserção das populações marginalizadas no seio político-partidário. Assim também discorria a revista *Senzala* em suas páginas, somando-se as atividades do Teatro Experimental do Negro.

A revista *Senzala* e os jornais *O Novo Horizonte* e *Alvorada* traziam em suas páginas uma grande presença de artigos pautados pelo debate sobre racismo no cotidiano das populações marginalizadas, sobretudo diante dos grupos negros que viviam nas grandes cidades brasileiras. Em sua maioria, os projetos editoriais se caracterizavam pela discussão em torno da inserção do negro nos processos educacionais, que objetivava a incorporação desse sujeito na história nacional, portanto uma disputa pela memória nacional sob a égide de uma discursividade que propunha a união coletiva das populações negras e a revisão da memória oficial, tal como a formulação em torno da Princesa Isabel Redentora.

Jornal Alvorada



Figura 1 – Edição do Alvorada de setembro de 1946 retratando a figura da mãe negra

Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

O *Alvorada* foi publicado pela primeira vez em setembro de 1945, tendo sua última edição distribuída em maio de 1948. Seus idealizadores foram José Correia Leite, Fernando Góis e Raul Amaral. Tinha periodicidade mensal e era composto de quatro páginas. A primeira página da edição inaugural de 1945 detinha em sua exposição o título do veículo e uma manchete grande, acima do nome *Alvorada*, com os dizeres: “Declaração aos negros do Brasil”. Na sequência, os temas principais do jornal eram apresentados.

O editor-chefe do jornal era Correia Leite, enquanto Raul Amaral e Fernando Góis, poeta conhecido no círculo de literatos paulistanos, inclusive entre os não

negros⁸, eram redatores-chefes. Góis recebeu o apelido de Gandhi e foi um dos fundadores d'O *Clarim d'Alvorada*, antes da formação do *Alvorada* dos anos 1940. Em depoimentos dados a Cuti (1992), Correia Leite disse que, ao conhecer Fernando Góis, deparou-se com uma personalidade criativa, porém pouco atenta a uma poética e estética negras antes de conhecer outros militantes do que Leite chamava por movimento negro.

O jornal se colocava como porta-voz da Associação dos Negros Brasileiros, espaço voltado para “promover a união e o levantamento moral e cultural dos negros”, conforme apontava em seus editoriais. O levantamento cultural e moral das populações negras significava, em última análise, um ideário que objetivava a inserção social dos grupos historicamente marginalizados, em movimento para intervir e influir nas políticas públicas a longo prazo.

Ao analisar as páginas dos impressos negros, percebe-se a formação de uma concepção de cultura como um aspecto socialmente construído, de modo que os “complexos de inferioridade” dos negros brasileiros nela inseridos deveriam ser discutidos, rediscutidos e tratados nos encontros associativos, em congressos e nas folhas de *Alvorada*, *O Novo Horizonte* e *Senzala*. Nota-se, no entanto, como já citado, a continuidade de uma ideia de cultura brasileira em formação, assim como daquelas formulações sobre cidadania brasileira incrustadas na ideia das três raças.

⁸ Segundo Correia Leite em depoimento a Cuti (1992), Fernando Góis apresentava forte amizade com Mario de Andrade e outros escritores modernistas.

Jornal O Novo Horizonte



Figura 2 - *O Novo Horizonte*, edição de novembro de 1946.

Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

O jornal *O Novo Horizonte* teve suas primeiras páginas publicadas em maio de 1946, com direção de Arnaldo de Camargo e Aristides Barbosa como redator-chefe. Suas páginas rodaram pelas ruas até 1961, quando finalizou sua produção. Os dois articulistas eram nascidos na cidade de Mococa, interior do estado de São Paulo. Ainda por lá desejavam fundar um jornal que discutisse a realidade do negro no Brasil produzido por negros. Ao concretizarem a fundação de um jornal feito por negros, *O Novo Horizonte*, terminava o ciclo de ressurgimento e refundação da imprensa negra.

O Novo Horizonte se postava como um jornal criado para incentivar os jovens negros primordialmente a adquirir informação, objetivando a “elevação moral, intelectual e econômica do negro”. Seu subtítulo era: *Órgão de propaganda unificadora. Para seres bom negro, sê culto – o futuro de nossa raça exige*. Ademais, a memória dos abolicionistas negros era recordada na imagem de Luiz Gama. Ovídio Santos, no artigo intitulado “Eis aqui uma conscientização”, fez a seguinte explanação sobre os objetivos dos colaboradores do jornal:

Não pretendemos outra questão política a não ser esta: erguer o negro do fundo da miserável situação em que se acha. Assim, esperamos que este jornal vá encontrar perfeito acolhimento no seio da raça negra, porque não pretendemos que ele seja uma propriedade nossa, mas do negro em geral. (OVÍDIOS SANTOS EM *O NOVO HORIZONTE*, mai. 1946, p. 1)

Geralmente os jornais negros, operários ou culturais, quase em sua totalidade com pequena estrutura e acesso restrito a tipografias, apresentavam quatro páginas e um cabeçalho característico, contendo informações como o endereço da redação, os organizadores e invariavelmente alguma frase constitutiva da narrativa editorial do periódico. Os jornais *O Novo Horizonte* e *Alvorada* ofereciam quatro páginas por edição mensal; houve algumas exceções em datas relevantes para a coletividade e memórias negras. A revista *Senzala* foi uma exceção, com suas edições superando as 20 páginas.

Revista *Senzala*



Figura 3 - Contracapa da edição de janeiro de 1946.
Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

Foi possível encontrar somente duas edições publicadas da revista *Senzala* (janeiro e fevereiro de 1946). A primeira publicação somava 35 páginas e a segunda, 29 páginas. Possivelmente essas tenham sido as únicas edições elaboradas por seus colaboradores e editores.

Esse periódico, assim como os demais, apresentava textos assinados e outros sem autor identificado. Seu subtítulo era *Revista mensal para o negro, uma revista do negro brasileiro*, posicionando-se como um veículo feito por negros para negros, com assinantes na cidade de São Paulo e em várias outras cidades do país, especialmente no interior de São Paulo.

É possível observar na apresentação da *Senzala*, em sua edição de janeiro, um discurso em torno da unidade entre os negros. Essa unidade é pensada para os “negros que vivem, sofrem e sonham em todos os quadrantes da pátria”. Depreende-se desse excerto a possibilidade de se discutir a ideia de construção nacional sob perspectiva do negro. “*Senzala* se apresenta, pois, como um órgão inteiramente a serviço do negro nacional.”

Um dos colaboradores da *Senzala*, Joaquim Teodoro Gonçalves, escreveu homenagens para o *Diário de São Paulo*, possibilitando observar um espaço de socialização dentro dos veículos, que aponta parte das redes comunitárias e as relações entre os colaboradores e suas diversas funções e espaços ocupados – membros do TEN (Teatro Experimental do Negro)⁹, de clubes sociais, de escolas como o Grupo Escolar do Bom Retiro, jornalistas, funcionários públicos, entre outros.

A revista *Senzala* foi elaborada e dirigida por Geraldo Campos de Oliveira sob apoio de Armando de Castro, poeta e contista que ganhou nas páginas da revista um espaço para divulgação de sua arte arduamente crítica, responsável por escrever textos que traziam ao leitor uma ambientação do terreiro, dos ritmos, instrumentos e musicalidade afro-brasileiros, à “sombra da cidade” paulistana que buscava quebrar a imagem progressiva e resiliente de São Paulo. A criação da publicação foi inspirada dentro do círculo de artistas que compunham o Teatro Experimental do Negro em São Paulo, sediado inicialmente no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, sob coordenação de Geraldo Campos e Abdias Nascimento.

⁹.Mais à frente, no segundo capítulo, retornarei a analisar um pouco da trajetória do TEN na cidade de São Paulo, com enfoque em sua articulação com os jornalistas colaboradores.

A revista apresentava, assim como os demais periódicos, uma seção social suplementar destinada aos natalícios, batizados, nascimentos, núpcias, anúncios de falecimentos e formaturas. Essas eram seções destinadas ao diálogo com os leitores e sujeitos ativos dentro das associações, jornais e revistas. Em alguns casos, como se pode observar no *Alvorada*, as “Sociais”¹⁰ eram acompanhadas de poemas e informações a respeito da Associação dos Negros Brasileiros. O jornal *O Novo Horizonte* reservava, geralmente, as sociais para a sua quarta e última página. Já o *Alvorada* dedicava a segunda página à seção, enquanto a revista *Senzala* destinava as seções do meio para as sociais.

Destaca-se que, apesar de sua extensa qualidade gráfica e tipográfica, e não obstante a ampla divulgação entre o meio negro paulistano, a revista teve vida curta, com apenas duas edições, repercutindo as reivindicações dos grupos negros levadas à Constituinte. O alto custo da produção da *Senzala* seguramente influenciou a dinâmica organizativa dos colaboradores do veículo, possivelmente acarretando seu encerramento (CUTI, 1992).

Em geral, as seções dos três veículos estruturavam-se de modo similar. Na primeira parte das publicações havia artigos sobre o chamado problema do negro e proposições para se lidar com essa perspectiva sob diferentes abordagens. Em determinadas edições, nota-se também a presença de outras linguagens literomusicais, como poemas, contos e provérbios, correspondendo à parte da editoração vinculada ao fazer poético, com um eu lírico que se quer negro, que expressa suas emoções e opiniões em uma São Paulo que limita sua sobrevivência, semelhante à poética da negritude. A outra parte das folhas intercalava artigos e fazeres poéticos, assim como a primeira, porém com seções e pequenos quadros relativos às atividades das associações e escolas de ajuda mútua, eventos pela cidade, sobretudo os bailes, chás dançantes, debates, palestras e congressos, além das sociais. A diferença fundamental é a presença do caderno feminino *Eloá* na revista *Senzala*.

Aqui importa ainda pontuar que a imprensa e a cultura letradas não foram os únicos atos comunicativos presentes nesses espaços. Os jornais e a revista aqui estudados, mesmo que estruturados e diagramados de maneira semelhante aos

¹⁰ Seção que corresponde à “coluna social”.

demais jornais circulantes pelas ruas, sobretudo os contra-hegemônicos, expressavam a diversidade comunicacional dos afro-brasileiros através de seus artigos, contos, poemas, colunas, imagens, música e demais saberes.

1.1 OS JORNAIS E SEUS PRODUTORES, TERRITÓRIOS E REDES DE COMUNICAÇÃO

O Novo Horizonte, o *Alvorada* e a revista *Senzala* tinham como sede a cidade de São Paulo e eram produzidos por jornalistas negros ali radicados. A militância e as trajetórias desses jornalistas negros devem ser articuladas às práticas e experiências culturais de uma plêiade de intelectuais-militantes¹¹ que atuaram durante o chamado período de “redemocratização”.

Com sua pesquisa sobre a trajetória política de Correia Leite e Arlindo Santos Veiga, a historiadora Maria Cláudia Cardoso (2005) nos ajuda a compreender a constituição dessa “elite negra paulistana” composta de estudiosos, pesquisadores, artistas e comunicadores, como podemos ver a seguir:

[Elite negra paulistana como grupo de intelectualizados] porque desenvolveram um tipo específico de ativismo, capaz de combinar a formação intelectual, adquirida muitas das vezes durante a própria atuação, à prática militante, assumindo um papel singular: o de intelectuais-militantes que tomaram para si a missão de atuar em prol do grupo racial com o qual se identificavam.

O termo “elite negra” não se refere a grupos detentores dos meios de produção ou pertencentes a alguma hegemonia cultural e econômica, como nos lembra a autora, mas a um grupo de pessoas portadoras do conhecimento escrito e do letramento em uma sociedade extremamente atingida pelo analfabetismo. Os

¹¹ Em artigo intitulado “As trajetórias de Veiga dos Santos e Correia Leite: dissensos e convergências na militância negra dos anos 1930”, Maria Cláudia Cardoso Ferreira (2005) empresta de Gramsci o conceito de intelectual orgânico para pensar o intelectual-militante negro como um sujeito atuante política e ideologicamente em prol de sua comunidade, no caso os grupos sociais negros diante da São Paulo que não parava de crescer e impor às suas populações a aceleração das relações.

jornalistas colaboradores dos jornais e revistas negros, assim como seus leitores, eram em grande parte funcionários públicos ou com renda fixa, geralmente ocupando cargos de baixa remuneração, tais como trabalhadores informais, operários, trabalhadores da segurança pública, arquivistas, revisores em pequenos e grandes jornais, entre outros.

Interessa-nos por ora trazer para o horizonte de vivências e trajetórias políticas a diversidade e heterogeneidade dos sujeitos que àquela época adentraram a esfera pública da cidade modernizante que era projetada, a São Paulo dos anos 1940. Com base na pesquisa e na produção historiográfica, foi possível perceber a importância de se alcançar o máximo de informações a respeito dos sujeitos que produziam esses jornais e a revista *Senzala*, fossem eles editores, diretores, colaboradores na redação dos textos ou seus leitores. Assim, verificou-se que os sujeitos ativos na revista *Senzala* e nos jornais *O Novo Horizonte* e *Alvorada* ocupavam outras funções sociais que não apenas a de jornalistas, ou seja, participavam de um grupo de colaboradores que dialogava com outras formas de linguagem, como o teatro de Aguinaldo de Camargo, ator e articulista da *Senzala* e um dos organizadores do TEN na cidade de São Paulo, e a literatura de Lino Guedes, poeta conhecido entre os círculos literários paulistanos e com produção dentro da *Senzala* e d'*O Novo Horizonte* através de contos, poemas e artigos opinativos.

A revista *Senzala*, por sua vez, articulava-se com membros do TEN, como citado anteriormente. Geraldo Campos, diretor da *Senzala*, ajudou a organizar o TEN na cidade de São Paulo em conjunto com Abdias Nascimento. Abdias era colaborador da revista *Senzala* e um dos organizadores do jornal negro carioca *Quilombo*, um dos primeiros, se não o primeiro veículo de comunicação a divulgar alguns dos ensaios traduzidos de autores da *Négritude*, tais como Léopold Senghor, Césaire e Langston Hughes. Vale ressaltar que alguns poetas e articulistas da Negritude conviviam com jornalistas colaboradores, como Correia Leite, amigo próximo de Carlos Assumpção, poeta da negritude que conheceu nos anos 1950.

Em sua maioria, os articulistas eram professores, poetas, contistas, dramaturgos e atores, em grande parte trabalhadores informais, caracterizando assim uma teia de comunicação de negros letrados dentro de uma conjuntura de segregação do afro-brasileiro nos processos de alfabetização, dado que as populações imigrantes tiveram alguma acessibilidade às escolas privadas, públicas ou organizadas por

associações beneficentes de colonos, mesmo que empobrecidas em seus países de origem e sob condições de trabalho alarmantes em várias regiões do Brasil, incluindo a cidade de São Paulo (PASTORE, 2020).

A prática da militância se dava em razão da necessidade de sobrevivência diante uma condição de marginalização das populações pobres e negras, passando pela experiência coletiva de muitos desempregados e subempregados. Assim como alguns desses negros, Correia Leite vivenciou a pobreza e pôde se interessar pela leitura quando aprendeu a ler, quase adulto, ao ser ensinado por outro militante, Jayme Aguiar¹². Ambos se reencontraram, depois de afastados durante a infância e a adolescência, justamente em um baile negro na década de 1920.

A formação de uma coletividade negra mais uníssona diante do poder público, combativa e atenta à conjuntura socioeconômica brasileira através da ressignificação da imprensa foi impositiva nos ânimos de colaboradores como Correia Leite, Sofia Campos, Geraldo Campos e Lino Guedes. Em parte, a imprensa negra estadunidense compartilhava desses ideais de coletividade, com a presença de correspondentes nos Estados Unidos como Rosita M. Freeman, em Ohio, e membros dos jornais *Afro American* e *Birmingham World*, responsáveis por denunciar aos comunicadores “irmãos” do Brasil a extensiva perseguição aos negros em decorrência do avanço da Ku Klux Klan e das leis Jim Crow, além de compartilharem suas pautas em torno da formação social, econômica e educacional como objetivos de militância por direitos civis, caracterizando uma rede transnacional de informações e debates sobre as experiências e realidades dos negros durante a primeira metade do século XIX.¹³

Nessa conjuntura, a imprensa contra-hegemônica, não apenas negra, projetava-se como um espaço de articulação de ideias e buscava, em suas diversas

¹² Jayme Aguiar e Correia Leite fundaram juntos o jornal *O Clarim d'Alvorada* em 1924. O veículo foi publicado até o ano de 1927. Inicialmente, Jayme era responsável pela editoração e demais demandas que envolvessem a parte escrita da organização do jornal. Correia, por ser à época semianalfabeto, passou a se dedicar à produção escrita de artigos com mais intensidade a partir de 1926.

¹³ Aristides Barbosa, redator-chefe d'*O Novo Horizonte*, afirmou ter trocado cartas com pessoas possivelmente vinculadas ao *Afro-American*, um dos jornais negros mais antigos dos Estados Unidos, fundado em 1892 e ainda ativo. No artigo “O elemento negro na terra do tio Sam” (*O NOVO HORIZONTE*, jul. 1946), em que relata suas trocas de correspondências, Aristides traz uma série de reflexões compartilhadas com os jornalistas estadunidenses e cita a presença de correspondentes do *Afro-American* na África, em Porto Rico, no México e em outras localidades, dando a entender a existência de uma rede de informações mais extensa.

pretensões editoriais, postar-se como um movimento capaz de influenciar as estruturas sociais durante o ano de 1945, período em que o Estado Novo se desgastava, ao passo que as eleições e a formação de uma Constituinte ganhavam apreço em diversos segmentos sociais, com base na Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro do mesmo ano, inserida na reforma da Constituição instaurada em 1937.

No decorrer de 1945, o associativismo beneficente foi debatido e articulado por ex-frentenegrinos dissidentes no escritório do redator-chefe do *Alvorada* Raul Amaral, tais como Francisco Lucrécio, Roque do Santos e Góis. O velho militante, como é ainda chamado Correia Leite, foi presidente do Comitê Organizador da Associação dos Negros Brasileiros (ANB), tão intrínseca à dinâmica do jornal *Alvorada*.

Raul Amaral era funcionário do Departamento de Estatística Policial à época da criação do *Alvorada* e seria, a partir de 1947, presidente da ANB supracitada, associação de ajuda mútua fundada após o término da Segunda Guerra. Antes, Leite havia sido presidente da associação. Em anos posteriores, durante a circulação do *Alvorada*, Leite viria a ser presidente da ANB. Ambos se conheceram no Clube Negro de Cultura Social, uma dissidência da Frente Negra Brasileira formada em conjunto com a Legião Negra após a conflagração do conflito entre paulistas e forças federais durante o Movimento Constitucionalista de 1932. A partir de então, Fernando Góis firmou passagem nas linhas escritas do associativismo de protesto. (CUTI, 1992)

A pluralidade das trajetórias de alguns dos jornalistas e escritores negros perpassa, em algum grau, pela dissidência de militantes da Frente Negra Brasileira, como ocorreu com Francisco Lucrécio e Correia Leite, ambos contrários à dinâmica ultranacionalista e monarquista do Comitê Executivo da entidade presidida por Arlindo dos Santos Veiga, visto como uma pessoa individualista, afeita a uma concepção de “líder esclarecido” (CARDOSO, 2005) sobre sua posição social como presidente da entidade. Em decorrência desse aspecto, sobretudo, uma querela se formou dentro do associativismo negro e, em 1932, ocorreu a formação de uma nova entidade chamada Clube Negro de Cultura Social, atendendo a parte dos interesses daqueles que não compactuavam com a proposta da Frente Negra Brasileira. Poucos anos depois, em 1937, o associativismo de ajuda mútua foi interrompido com as censuras varguistas.

Durante o período do Estado Novo, alguns encontros ocorreram na ilegalidade. A grande maioria das atividades organizadas pelos grupos negros estava atrelada a festividades e bailes, em decorrência da censura. O espaço de assistência social, com cursos técnicos e de alfabetização, foi desestabilizado, e somente em 1945, com a pressão popular e de parte das classes dirigentes para novas eleições, foi que os militantes negros passaram a se reorganizar.

Em março de 1945, houve a criação do Comitê Democrático Afro-Brasileiro em conjunto com líderes estudantis dentro da sede da UNE (União Nacional dos Estudantes) para deliberação de demandas em torno da soltura de presos políticos, brancos e negros. O movimento, articulado por Abdias Nascimento, foi rapidamente desestruturado em decorrência dos desacordos internos do movimento estudantil, sobretudo porque parte dos militantes acreditava que a centralidade da “raça” desestabilizaria e dividiria a classe trabalhadora (SOTERO, 2015), trazendo em perspectiva outra barreira formada diante do negro naquela conjuntura: o racismo dentro do ambiente de trabalho, especialmente entre os trabalhadores imigrantes e descendentes de brancos europeus.

Isso posto, evidencia-se a pluralidade política dos comunicadores negros dos jornais estudados. Destaca-se também a descrença na inserção de negros em organizações partidárias de parte significativa dos editorais negros, em especial na produção escrita e na formação política de Leite. Durante os anos 1930, o diretor do *Alvorada* havia participado da formação da Frente Negra da ANL (Aliança Nacional Libertadora), em novembro de 1935, rapidamente encerrada com a deflagração do Levante Comunista (SOTERO, 2015), porém se afastou das correlações de força político-partidárias para se centrar no associativismo e na imprensa negra.

Caminhada distinta tiveram alguns outros sujeitos da coletividade negra pertencentes ao grupo de escritores e focalizados nesta pesquisa, como Sofia Campos, Geraldo Campos, Luiz Lobato e Francisco Lucrécio, todos membros do Partido Socialista na passagem dos anos 1940 para a década de 1950. Antes, Francisco fora presidente da Frente Negra Brasileira, quando seu comitê executivo pretendia transformar a entidade em partido.

Constatada essa conjuntura, faz-se necessário associar a refundação dos jornais e revistas negros à vida dentro das associações beneficentes, de ajuda mútua, associações anônimas, teatros, clubes de dança, sambas, batucadas, terreiros ou

igrejas, paisagens e experiências intercorrentes nas memórias e histórias presentes nos textos e imagens publicados nos jornais e nas revistas. Em artigo intitulado “Múltiplas formas de contar uma história”, Marialva Barbosa (2010) faz a seguinte discussão metodológica no trato da imprensa como fonte:

[...] a história da comunicação deve, ao mesmo tempo, valer-se dos postulados teóricos da história e considerar as especificidades dos processos comunicacionais. Não se pode fazer, da mesma forma, uma história da mídia [...]

Em outras palavras, para além de aspectos de diagramação e projeto gráfico, torna-se necessário investigar seus sujeitos ativos, redes relacionadas aos comunicadores negros, público leitor e locais de propagação e acesso aos periódicos, além da relação do negro com a “cidade-modelo” do capitalismo dependentista brasileiro dos anos 1940.

Podemos entender que as especificidades comunicacionais levam também a pensar esses locais como redes comunitárias negras direta e indiretamente interligadas. Diante dos três periódicos, além de seus organizadores, é possível depreender a formação de um círculo de jornalistas colaboradores articulados em torno de uma imprensa militante. Essa rede, entretanto, não se estabelecia dentro das redações apenas, mas em relação mútua com as redes de ajuda comunitária, artísticas, esportistas e de socialização dentro dos salões de bailes, nos quintais e praças da cidade.

Desse modo, Marialva Barbosa faz a seguinte contribuição ao refletir sobre a metodologia de análise histórica de fonte impressa através do que denomina por história dos sistemas de comunicação:

O que chamamos história dos sistemas de comunicação nada mais é do que uma interpretação que descortina processos comunicacionais produzidos e vividos (e transformados) pelas práticas de múltiplos atores sociais [...] ou seja, na base da análise empírica, deve-se trabalhar com práticas, representações, apropriações, ressignificações produzidas por atores sociais num mundo pleno de significados. Mas essas práticas não dizem respeito apenas aos produtores de textos (ou de textualidades), mas também seus receptores ou consumidores, visualizados não como lugares de análise

estanques, e sim envolvidos numa processualidade que produz a mistura desses universos. (BARBOSA, 2010)

A autora nos possibilita indagar sobre a elaboração de estruturas e estratégias de comunicação entre os diversos sujeitos históricos dentro dos territórios negros da cidade de São Paulo e sua relação com a metrópole. Permite também formular questões em torno da inserção do negro na nacionalidade através de sua discursividade pautada pela proposição de uma disputa de memória, manifestação presente nas páginas dos periódicos.

Esses sistemas de comunicação se articulavam e compreendiam a necessidade de uma proposta compartilhada de divulgação de seus jornais e revista. Contudo, apesar da relação próxima entre os veículos na formação de uma evidente expressão negra dentro da imprensa contra-hegemônica da cidade de São Paulo, não foi possível encontrar informações dentro e fora das fontes primárias que pudessem indicar a dinâmica de distribuição d'*O Novo Horizonte* ou da revista *Senzala* até o presente momento.

Ao analisar a produção escrita dos jornais, entretanto, é possível pensar uma parte da cidade paulistana sob processos de territorialização advindos de uma articulação de frequentadores de entidades e clubes dançantes negros, saraus, peças teatrais e demais atividades em conjunto com o círculo de membros da Associação José do Patrocínio e duas escolas, a Humberto Costa e a Cruz e Souza, entidades divulgadas pelo jornal *O Novo Horizonte*, órgão dirigido pelo ator do TEN e articulista Arnaldo de Camargo.

Um fato notável é que o movimento em torno de temáticas semelhantes diante dos interesses de grupos pretos da cidade de São Paulo promovia uma prática de divulgação e publicidade bastante específica de jornais independentes e colaborativos como esses: a propaganda compartilhada de sua rede de veículos, o que evidencia a preocupação dos colaboradores em manter os três informativos em espaço compartilhado para continuarem publicando. Tanto a revista como os dois jornais apresentavam uma quantidade pequena de publicidade comercial, mas

compartilhavam com seus leitores a existência dos veículos negros da cidade de São Paulo recorrentemente.

Observamos que, em algumas circunstâncias, colaboradores escreviam para o editorial dos jornais vizinhos, como podemos observar no seguinte excerto do artigo “Minhas expressões”, escrito por Sofia Campos Teixeira, uma articulista colaboradora da revista *Senzala*¹⁴, endereçado aos leitores d’*O Novo Horizonte*, para saudar o novo jornal:

Hoje, todos os povos incluindo os negros do Brasil, também empunham as suas metralhadoras culturais acompanhadas pelas inúmeras esquadras que surgem diariamente, entre os quais está o Novo Horizonte, jornal que também se propõe a pugnar pelos direitos sociais, culturais e econômicos do elemento negro. (SOFIA CAMPOS EM O NOVO HORIZONTE, jul. 1945, p. 1)

Podemos depreender, no que tange à análise de discurso, que Sofia utiliza palavras incisivas, diante da conjuntura social dos negros, sob a égide de sua concepção de cultura como um espaço de disputa, para expor seus votos de felicidade ao recém-fundado jornal *O Novo Horizonte* e fundamentar a presença de jornais como esse dentro da imprensa contra-hegemônica.

Através da imagem exposta a seguir, podemos observar uma dinâmica de divulgação e preocupação com a memória dessa imprensa como prática colaborativa:

¹⁴ Sofia foi professora de magistério, comunicadora social e uma das organizadoras de um sindicato de empregadas domésticas na cidade de São Paulo, além de filiada ao Partido Socialista Brasileiro, como citado anteriormente. Parte de suas pautas trazia a perspectiva feminina negra para seus textos em diferentes eixos temáticos, como as discussões sobre memória na prática combativa por articulação dos movimentos negros durante a primeira metade do século XX. Sua atuação como jornalista foi marcada por extremo rigor, com artigos caracterizados pelos processos jornalísticos de investigação da imprensa contra-hegemônica: clipagem de informação, checagem de fonte e análise sobre a grande imprensa, como quando produziu textos sobre a atuação do Congresso Nacional diante da organização social em prol da criminalização do racismo.



Figura 4 - Revista *Senzala*, edição de janeiro de 1946.

Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

Há, além da reverência aos periódicos anteriores, uma homenagem ao *Alvorada* e, consequentemente, a divulgação aos leitores da revista dirigida por Geraldo Campos do jornal vizinho, além da lembrança da capa do antigo *O Clarim d'Alvorada*, no qual Correia Leite trabalhara. Houve a intenção de se compartilhar a teia de jornais negros.

Importante relembrar que as associações e entidades de ajuda mútua desempenharam uma função social bastante relevante na sociabilidade negra na São Paulo dos anos 1940, em conjunto com os membros da imprensa da “gente da raça”. Parte significativa da vivência das populações negras durante a década de 1940 se dava nos bailes negros, como foi apontado anteriormente. Ciente disso, os jornalistas, articulistas, poetas e contistas negros divulgavam *flyers* de bailes em forma de coluna publicitária, como se verifica na imagem extraída do *Alvorada*:



Figura 5 - Edição de novembro do jornal *Alvorada*.
Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

O *Alvorada*, assim como os demais veículos, divulgava alguns destes bailes negros e as atrações que ofereciam para as noites de São Paulo, realizados, como referido no flyer apresentado, em instalações “modernas e luxuosas” no Parque D. Pedro, mas também em outras localidades do interior do estado. Os bailes eram, portanto, atividades presentes na vida urbana de seus frequentadores e muitas vezes fundamentais para a manutenção financeira de alguns espaços e entidades negras. Para os voluntários da imprensa negra, um ótimo espaço para a venda ou distribuição gratuita das laudas de jornais.

Quanto à circulação dos periódicos, para o pesquisador e leitor observador dos jornais e revistas negros, muito interessa atentar a algumas informações presentes nessas páginas, principalmente nas seções de notas sociais e de cartas dos leitores, tais como grau de aproximação dos homenageados com os colaboradores e a produção escrita desses periódicos, profissão de alguns leitores e cidade de residência. Esse último fator se torna relevante na medida em que nos traz alguma noção do alcance de sua distribuição.

Observa-se, ao olhar o endereço das cartas e dos leitores citados nas páginas das sociais, uma distribuição bastante ampla na cidade do Rio de Janeiro, na Baixada Santista e em regiões do interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Ademais, havia àquela época um processo corrente de migrações do interior de São Paulo, Minas Gerais e de estados do Nordeste. Esse grupo de migrantes destinava-se à metrópole em busca de melhores condições de renda e trabalho, mas encontrava, em sua maioria, desemprego e subemprego. Alguns, com sorte, adentraram às manufaturas paulistanas. As informações sugerem a formação de um público leitor marcante em cidades como Araraquara, Campinas e Mococa. Alguns dos membros dos jornais e revista aqui discutidos haviam migrado de outras localidades do estado de São Paulo, como o próprio Correia Leite, Lino Guedes e Abdias Nascimento.

Nota-se, contudo, que havia leitores e pessoas referenciadas nas páginas da imprensa negra que obtinham renda fixa mais elevada que grande parte dos afro-brasileiros à época. Poetas como Lino, revisor de textos da *Folha de S. Paulo* – função que não lhe permitia publicar suas próprias reflexões e seus trabalhos literários –, e leitores ou homenageados como Araí Campos, residente de Campinas e trabalhador ferroviário, compunham esse grupo de trabalhadores assalariados, ainda que minoritários na composição geral dos brasileiros. Havia, portanto, um conjunto de pessoas que conseguiam destinar parte de sua renda fixa para a manutenção das entidades e dos jornais, comprar suas folhas e até mesmo integrarem-se como associados.

Formada essa conjuntura, ressalta-se a importância de compreender as “micro-áfricas” (AZEVEDO, 2019) paulistanas nos anos 1940 como territórios negros da diáspora frequentados por indivíduos com variadas experiências cotidianas, elaborações e interesses culturais, condições materiais e práticas religiosas ou espirituais, diversos em suas análises de conjuntura, relações com o trabalho e, sobretudo, em suas relações com o passado e o presente. O que, entre outros aspectos, não permitia que todos os grupos negros desses locais fossem receptores e leitores dos veículos de comunicação contra-hegemônicos, tais como a revista *Senzala* e os jornais *O Novo Horizonte* e *Alvorada*.

Observa-se, como dito nas considerações iniciais, que esses territórios se postavam como espaços de pertencimento e afeto, de autocuidado e produtores de histórias coletivas seculares das populações negras.¹⁵ Dentro desses espaços, havia a produção de atividades esportivas, culturais e comemorativas de datas marcantes para a memória combativa dos negros, além de homenagens a abolicionistas como Luiz Gama. Esses ambientes, como pontua Laiana Lannes de Oliveira (2008), eram responsáveis por criar laços de socialização.

Assim, ressalte-se que as associações e sociedades anônimas existentes desde as primeiras décadas do século XX tiveram um papel comunitário importante para a criação de identidades e elaboração contínua de subjetividades para os negros em São Paulo, espaços esses relevantes para a projeção dos veículos que compõem esta pesquisa e, sobretudo, na conjuntura que precedeu a fundação da Frente Negra Brasileira, em 1931, e seu jornal *A Voz da Raça*, além do Centro Cívico Palmares, em 1926, e seu jornal mais veiculado, o *Progresso*. Não somente as entidades permearam essa jornada, mas também os cordões e clubes carnavalescos, os clubes de futebol, salões de dança e praças, eventos muitas vezes divulgados pelos periódicos.

O jornal *Alvorada* é um exemplo bastante inquietante e estimulador para se pensar sobre a vida dentro de uma associação negra. Como citado na introdução, o jornal dirigido por Correia Leite e Raul Amaral era o único veículo em formato de jornal produzido na Associação dos Negros Brasileiros. Devido à estrutura da associação e do jornal, as quatro folhas mensais do periódico eram distribuídas gratuitamente¹⁶ em espaços como a própria ANB, clubes de dança e ruas da cidade. Contudo, cabe lembrar que os clubes de dança não eram espaços unânimes ou homogêneos nos territórios negros em São Paulo e eram, inclusive, locais de disputa de narrativa por parte dos organizadores dos jornais.

¹⁵ Localidades como Liberdade, Lavapés, Bixiga, Freguesia do Ó e Largo da Banana eram alguns de seus espaços urbanos de moradia e territórios de lazer, contemplados nas andanças tanto dos trabalhadores informais – vendedores ambulantes, engraxates, trabalhadoras domésticas, mensageiros e desempregados – como dos pequenos grupos de operários negros em meio ao operariado crescente da cidade de São Paulo da primeira metade do século XX.

¹⁶ Embora o jornal *Alvorada* fosse distribuído gratuitamente, alguns dos leitores realizavam doações para a manutenção e continuidade da redação. O jornal agradecia alguns desses doadores através de suas páginas.

A expansão da cidade e da indústria da construção civil em conjunto com a imigração de grupos estrangeiros como política de governo, as reformas urbanas da cidade de São Paulo e a criminalização dos cordões de carnaval foram fatores imprescindíveis para a segregação dos negros paulistas em espaços da cidade.

Em depoimento a Cuti (1992), José Correia Leite enriquece a imaginação ao trazer um relato de como se dava a distribuição d'*O Clarim d'Alvorada*, periódico que circulou a partir de 1924, também dirigido por Correia. Apesar do distanciamento temporal do objeto de pesquisa, a fala do militante e jornalista expressa a relevância das associações ou entidades negras:

O jornal O Clarim oferecia notícias pra que a gente pudesse ter aceitação no meio das entidades negras. Então eram anunciadas festas, bailes, casamentos... através desse expediente, conseguíamos que a entidade distribuísse os jornais. Quando chegávamos no baile com os exemplares, o mestre-sala mandava parar a música e anunciava. Algumas moças da entidade iam vendendo para os frequentadores, os duzentos réis. Mas a gente tinha de ter muita habilidade, pois certas entidades não aceitavam esse intercâmbio.

Percebe-se que as entidades estavam entre tantos outros lugares frequentados por negros da cidade de São Paulo, representando para parte dos editores e colaboradores das redes de jornais e revistas mais um espaço de disputa para divulgação e publicação de seus trabalhos. Tanto foi assim nos anos 1920 como na década de 1940.

A fala de Correia Leite apresentada anteriormente não evidencia fragmentos de memória sobre o dia a dia das redações de jornais e revistas negros concernentes à década de 1940, porém nos ajuda a entender a existência e a dinâmica de circulação do jornal *O Clarim d'Alvorada*, bem como o envolvimento de alguns de seus membros na formação não mais d'*O Clarim*, mas sim do *Alvorada*, fundado em 1945.

Com o advento do associativismo desde o último ano do Estado Novo e a reorganização de algumas das mobilizações das populações negras em diversas localidades do Brasil, tanto atividades político-partidárias como jornalísticas e culturais, registra-se parte significativa da ANB na reorganização desse espaço

historicamente marcante de aquilombamento ou quilombismo¹⁷ das populações negras em regiões metropolitanas constituído pelas associações de ajuda mútua. Durante a segunda metade da década de 1940, logo após a redução da censura varguista¹⁸, os colaboradores do *Alvorada* se postaram como agentes resolutivos do retorno das entidades.

Como nos aponta o pesquisador em geografia humana Igor Santos Valvassori em sua pesquisa “Som de Valente: Bailes Negros em São Paulo” (2018), parte dos clubes de dança negros surgidos na cidade de São Paulo no início do século passado estabeleceu-se justamente pelo desejo por um espaço de lazer e social exclusivo para comunidades negras e que não significasse estar em um clube racista e segregador¹⁹. Portanto, observa-se que os negros da cidade buscaram uma alternativa de formação de um espaço coletivo negro que não estivesse condicionado à dinâmica dos bailes compostos por descendentes de europeus ou imigrantes.

Para efeito compreensivo diante das entidades negras, ao se utilizar de George Andrews²⁰ (1998) e seus estudos sobre as relações raciais em São Paulo, Igor Santos Valvassori (2018) depreende que esses núcleos de associações e entidades promoviam concursos de beleza, quermesses, homenagens às personalidades negras, atividades comemorativas a datas relativas às memórias de resistência, entre outras articulações. Segundo Igor, desde a abolição bailes negros

¹⁷ Abdias Nascimento (2019), a respeito do quilombismo: “Desta realidade [da marginalização do negro desde o colonialismo] é que nasce a necessidade urgente ao negro de defender sua sobrevivência e de assegurar a sua existência de ser. Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre [...] dando impressão de um acidente esporádico no começo, rapidamente se transformou de um imprevisto de emergência em metódica e constante vivência dos descendentes de africanos que se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema escravista. O quilombismo se estrutura em formas associativas que tanto podiam estar localizados no seio de florestas de difícil acesso, que facilitava sua defesa e organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organização permitidos ou tolerados, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade africana.”

¹⁸ Àquela época, dois órgãos de controle da imprensa brasileira atuaram durante o Estado Novo, foram eles o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Ambos intervieram na atuação dos veículos contra-hegemônicos em diversas localidades do Brasil.

¹⁹ Como nos apontou Correia Leite em seu depoimento para Cuti (1992), era comum que clubes de dança estrangeiros, como os italianos, não aceitassem que negros dançassem as valsas e demais ritmos em formato de casal nos anos 1920 e 1930, no máximo aceitavam a presença deles nos clubes de futebol. A segregação espacial e de convívio continuou sendo denunciada pelas páginas negras da cidade de São Paulo após o retorno das publicações, em 1945.

²⁰ O autor se refere à obra “Negros e brancos em São Paulo”, de George Reid Andrews.

eram realizados no estado de São Paulo, tornando-se um movimento cultural importante de socialização. Espaços esses em que as prosas e conversas versavam invariavelmente sobre a condição social das populações marginalizadas.

Através da óptica da população negra no Brasil, os editoriais dos três veículos desejaram expor e denunciar o racismo ao afrodescendente quando esse passa a ser visto como incapaz de desenvolver narrativas ou disputas por memória, de desenvolver carreira como trabalhador formal no processo de crescimento das indústrias na região da capital paulista e também dentro da esfera pública brasileira.

Sob a égide de Stuart Hall (1992), observamos que as populações negras se apropriaram da “didática” comunicacional da imprensa desde o século XIX. O mesmo pode ser percebido entre comunicadores ao exporem reflexões omitidas e descartadas pelos grandes jornais brasileiros.

Observa-se que a rede de circulação entre colaboradores da imprensa negra da cidade de São Paulo projetava-se como um dos territórios negros, mas não somente. Essa rede estendia-se como território negro dentro da cidade letrada e da imprensa, em uma São Paulo que se industrializava e transformava-se rapidamente, a passos longos, em tempos em que jornais hegemônicos estavam fortemente abastecidos pela publicidade em larga escala.

Assim, dada essa conjuntura e rede de articulação de jornais e revistas negros pelo eixo Rio-São Paulo, o *Alvorada* divulgou na página 3 de sua edição de outubro de 1945 um pequeno artigo de apresentação do Teatro Experimental do Negro para seus leitores, ao noticiar a recente fundação do grupo cênico e sua turnê pelo continente americano. A imagem seguinte nos mostra o destaque dado ao nome da peça “Imperador Jones”, baseada em obra homônima do dramaturgo estadunidense Eugene O’Neill:



Figura 6 - Terceira página o jornal *Alvorada* de outubro de 1945.

Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

A obra de Eugene²¹ foi a primeira encenação realizada pelo TEN. Um de seus atores protagonistas foi Aguinaldo de Oliveira Camargo, intérprete do personagem Brutus Jones.

Assim, conforme podemos observar, a formulação dessas redes de pertencimento, autodeterminação e segurança comunitária em torno das populações negras moradoras de diversas localidades do estado de São Paulo ou até mesmo fora dele, esses tecidos sociais que foram os jornais e revistas produziram uma alternativa de transmissão de informação que excedia a fronteira da capital paulista. Essas redes configuravam-se através de diversos grupos de ativistas negros, dentro e fora do Brasil, compartilhando suas histórias e memórias sobre o passado combativo das gerações anteriores, confluindo para uma reunião de ativistas atuantes na educação formal e comunicação social, em múltiplas trajetórias individuais.

O objetivo perseguido no próximo capítulo, portanto, é discutir a respeito dessa rede de comunicadores, interlocutores e leitores no que concerne à produção de ideias, concepções sobre o racismo no Brasil e práticas de militância através das associações e dos veículos de comunicação.

²¹ "Imperador Jones" foi escrito por Eugene em 1920. A dramaturgia conta a trágica história de um pugilista negro estadunidense.

CAPÍTULO II – TRABALHO, EDUCAÇÃO E RAÇA

NOS MOVIMENTOS NEGROS EM SÃO PAULO

A época é de reivindicações. Lutas de classes, de ideologias, de religiões, de raças. E o negro está na arena. (SENZALA, fev. 1946, p. 29)

Conforme pudemos discutir ao longo da primeira parte do texto, a partir de 1945, principalmente após a deposição de Getúlio Vargas, em agosto daquele ano, os movimentos negros reorganizaram-se, formando-se uma convergência de demandas sociais mais ampla dentro do “meio negro”²². Essa rearticulação ocorreu num momento de franca ebulição política, de rearticulação das forças políticas e dos movimentos sociais ao longo do chamado período de “redemocratização”²³.

Assim, a militância dos movimentos negros e de sua imprensa está inserida e ressoa a conjuntura de reorganização tanto dos espaços da sociedade civil como do sistema político. Sistema político esse que, ainda em 1945, levou à organização de novos partidos como a UDN, o PSD, o PTB e o PCB, instituições partidárias formuladas pelas principais forças políticas daquela conjuntura e das décadas seguintes, precedendo a eleição geral de dezembro de 1945, que viria dar margem à elaboração da Assembleia Constituinte entre janeiro e setembro de 1946, além das eleições estaduais de janeiro de 1947. Assim como para outros movimentos sociais, o restabelecimento de direitos civis e políticos foi estratégico para as organizações negras.

A socióloga Edilza Correia Sotero (2015) percebe naquele momento a reorganização da militância dos círculos negros, formando-se o que a autora identificou como “cooperação engendrada em um projeto de unidade dos grupos militantes”, tendo como principal meta a unificação das populações negras na defesa de seus direitos. Como ainda aponta a socióloga Cinthia Catoia:

²² Em depoimento a Cuti (1992), Correia Leite se refere aos grupos de intelectuais militantes como movimento negro ou “meio negro”.

²³ Processo marcado por pressão social para o retorno das eleições gerais, com exigência do sufrágio universal.

O período de redemocratização, a partir de 1945 significou um momento em que a insatisfação da população negra diante do racismo, especialmente, de seus efeitos na educação e no mercado de trabalho, veio à tona por meio da reorganização do movimento negro, o que representou a criação de novas organizações e novos periódicos da imprensa negra e a realização de importantes eventos que deram maior visibilidade à luta política do movimento negro. (CATOIA, 2018)

Os jornais da imprensa negra repercutiram não só as atividades e propostas dos diversos grupos a que estavam ligados, como também as reivindicações de todo o movimento na conjuntura. Os veículos afirmavam-se como agentes sociais com o objetivo de intervir e questionar o cotidiano da desigualdade de renda através de temas como o da unidade do negro, sua elevação de renda e a revisão da herança escravagista, articulada à ideia de refundação da nacionalidade brasileira.

Assim, este segundo capítulo discutirá questões que animavam os debates propostos pelos jornais sobre a situação econômico-social, bem como o lugar das populações negras na composição da sociedade brasileira nessa nova conjuntura política, envolvendo suas concepções sobre racismo e suas propostas para a promoção do negro e de sua integração à nação e à vida nacional.

Nessa direção, saliente-se que os três órgãos comunicativos pautaram-se por estruturar suas narrativas em torno de duas questões centrais: 1) a denúncia e a crítica ao racismo articuladas à discussão acerca de uma reelaboração da identidade nacional para o Brasil que não pusesse o negro na condição de “sub-brasileiro”²⁴; 2) o denominado “levantamento” dos negros através da educação formal e técnica às mulheres e aos homens negros, que resultaria em melhoria das condições materiais de vida das populações negras por sua inserção mais vantajosa no mercado de trabalho.

Assim, essas duas bandeiras fundamentais atravessaram a práxis coletiva dos grupamentos negros e, particularmente, de alguns dos militantes que produziram esses jornais ao longo das décadas anteriores e que, a partir do ano de 1945, ganhariam novo impulso. Além da urgência da inserção mais vantajosa no mercado de trabalho, em conjunto com o acesso à educação formal, ressalta-se ainda a

²⁴ Expressão usada por Sócrates Marback de Oliveira, em artigo intitulado “Cogitações de um negro sobre o hino nacional” (ALVORADA, abr. 1946).

importância de uma compreensão de raça como um aspecto cultural, e não biológico, elaborada e fundamentada sobretudo pela ideia de *raça brasileira* traçada pelo editorial da revista *Senzala*.

Outra questão fundamental que permeou a trajetória desses indivíduos ao longo das décadas anteriores ao ano de 1945 e que seria bastante reafirmada nesse período consiste na centralidade do associativismo como espaço de organização, de lutas do movimento e formação de redes de afeto, pertencimento e autodeterminação.

2.1 A CNB EM MOVIMENTO POR UMA LEGISLAÇÃO ANTIRRACISTA

Assim, ao findar do Estado Novo, e em concomitância com a continuidade de discursos e políticas eugenistas alimentados pelos adeptos do nazifascismo no Brasil, um movimento marcante da militância negra refere-se à organização e formação da Convenção Nacional do Negro Brasileiro.

É verdade que desde a década de 1920, sobretudo a partir das publicações d'O *Clarim d'Alvorada*²⁵ até a formação das entidades e associações, passando pelas dissidências da Frente Negra e jornais dos anos 1930, os jornais e revistas negros traziam denúncias frequentes sobre o racismo e sobre as más condições de vida das populações marginalizadas no Brasil. Conforme os anos passaram, mais se fomentava um debate em torno da responsabilidade do Estado brasileiro pelo futuro das populações marginalizadas social e racialmente.

As fontes indicam que, durante o ano de 1945, alguns dos colaboradores da imprensa negra já estavam se rearticulando, antes mesmo que suas páginas pulsassem pelas ruas das cidades. Além da movimentação em torno dos jornais e revistas, salienta-se a criação do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, para oferecer assistência aos negros presos políticos de 1945, idealizado por Aguinaldo Camargo e Abdias Nascimento.²⁶

No entanto, a pesquisa indica que a entidade negra que conseguiu agregar maior número de militantes foi a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, entidade

²⁵ Jornal dirigido por Correia Leite e Jayme Aguiar entre 1924 e 1932.

²⁶ Ambos haviam se articulado anteriormente na elaboração do Congresso Afro-Campineiro, realizado no interior paulista.

que buscou articular militantes pertencentes às comunidades afro-brasileiras de diversas localidades, visando levar suas reivindicações à Assembleia Constituinte, que viria a ocorrer no ano seguinte. No decorrer de 1945, a Convenção organizou o Congresso do Negro Brasileiro, que formulou um manifesto, enviado aos constituintes dos diferentes partidos.

Entre as publicações pesquisadas, a *Senzala* foi aquela que deu maior cobertura ao processo de instauração da Constituinte e à divulgação do evento ocorrido, especialmente em sua primeira edição, lançada em janeiro de 1946.²⁷ O congresso da Convenção foi realizado tanto na cidade de São Paulo como no Rio de Janeiro²⁸, entre o final de 1945 e início de 1946. Pelas bandas paulistas, pouco mais de 400 pessoas debateram o manifesto apresentado aos partidos políticos e à imprensa. (OLIVEIRA, 2008)

O Teatro Experimental do Negro do Rio de Janeiro era um dos principais articuladores do movimento, junto a outras lideranças políticas negras e brancas, que elencavam as demandas de transformação da realidade de desigualdade social, como nos aponta o acervo da Hemeroteca Digital. Abdias Nascimento foi eleito presidente do diretório nacional da Convenção do Negro Brasileiro, que era composto por representantes de diretórios regionais dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

A revista *Senzala* colocava-se como parte das redes de comunicação negras e da imprensa negra, ao ter alguns dos seus colaboradores e idealizadores articulando-se dentro da organização do Congresso. Em São Paulo, entre os militantes que tiveram atuação destacada na Convenção estavam Geraldo Campos,

²⁷ Acerca da revista *Senzala*, o 13 de maio se fez presente como o fim de um passado colonial sob intensa pressão social, sobretudo procedente dos grupos escravizados, libertos e abolicionistas, sucedida pela intensa exploração dos negros assalariados, assim como nos demais periódicos. Ressalta-se a presença de textos de Luiz Lobato, Lino Guedes, Sofia Campos e Arthur Ramos. Conforme aponta a historiadora Luana Tieko Tamano (2013), Arthur Ramos foi um acadêmico e médico alagoano, bastante amparado pela psicanálise e psicologia social. Vinculado a Gilberto Freyre, Afrânio Peixoto, Edson Carneiro e Aydano Couto Ferraz, estudava mestiçagem, raça e identidade nacional, temáticas em projeção no grupo durante os anos 1930. Ramos havia sido questionado quanto à concepção de pré-história atribuída aos africanos e descendentes já nos anos 1930, porém tinha sua obra publicada por todos os periódicos negros em São Paulo entre 1945 e 1948, especialmente seus artigos sobre a condição social do negro durante os anos 1930 e 1940.

²⁸ Conforme aponta o acervo digital do IPEAFRO, Aguinaldo havia sido presidente da Convenção do Negro Brasileiro, ocorrida no Rio de Janeiro.

Sofia Campos, Luiz Lobato, Francisco Lucrécio²⁹ e Aguinaldo Camargo, esse se movendo bastante entre Rio de Janeiro e São Paulo, tanto na sua articulação na imprensa negra como na atuação no Teatro Experimental do Negro. Do Rio de Janeiro, compunham o movimento Abdias Nascimento, Ruth de Souza e Pompílio da Hora.³⁰ Portanto, podemos afirmar que a constituição da revista *Senzala* como imprensa de denúncia e intervenção se deu, entre outros espaços, pelos círculos de artistas ativistas espalhados em centros urbanos do Brasil, sobretudo entre Rio de Janeiro e São Paulo.

O Manifesto à Nação foi debatido e escrito por alguns dos nossos conhecidos das páginas aqui pesquisadas e visitados. Aguinaldo Camargo e Sofia Campos, por exemplo, fizeram parte da comissão de elaboração do texto. Sofia foi a única mulher a participar da redação do texto que seria entregue aos parlamentares da Constituinte, com extensa produção n'O *Novo Horizonte* e na revista *Senzala*, apontando as barreiras encontradas pelas mulheres para conseguir trabalho em jornais hegemônicos e de menor circulação. Em artigo intitulado "Muito pouco para nós", Sofia denunciou a recusa da diretoria do Teatro Félix, na capital federal Rio de Janeiro, em aceitar peças do Teatro Experimental do Negro³¹, conjuntura de discriminação de espaços e cargos/funções sociais que impulsionou o grupo de militantes intelectuais a elaborar a Convenção do Negro Brasileiro, o Manifesto à Nação e, assim, fomentar um movimento por uma legislação antirracista.

A imagem exposta a seguir dimensiona a importância da divulgação da Convenção aos leitores da revista *Senzala*:

²⁹ Lucrécio era dentista e havia sido secretário-geral da Frente Negra Brasileira ao substituir Isaltino Santos, irmão de Arlindo Veiga dos Santos.

³⁰ No documento do manifesto produzido para ser debatido na Convenção do Negro Brasileiro constam as assinaturas das seguintes pessoas: Abdias Nascimento, Francisco Lucrécio, Francisco das Chagas, Geraldo Campos, Salatiel de Campos, José Bento Angelo Abatayguara, Sebastião Rodrigues Alves, Aguinaldo de Oliveira Camargo, Manuel Vieira de Andrade, Nestor Borges, José Habler, David Soares, Sinval Silva, José Sebastião Ramos, Benedito Custódio de Almeida, Emilio Silva, José Pompílio da Hora, Paulo Moraes, Sofia Campos Teixeira, Professor Araújo, Cilia Ambrosio, Geralcino de Souza, Mario Vaz Costa, Pedro Paulo Barbosa, Alfredo Sutherland White, Ernani Martins Silva, Renê Rossi e José Soares.

³¹ O TEN foi uma organização literomusical e de debates sobre a experiência do negro na realidade brasileira, produzindo dramaturgias roteirizadas por autores brasileiros e estrangeiros. Alguns dos artistas mais conhecidos do TEN foram Ruth Cardoso, Abdias Nascimento e Aguinaldo Camargo.



Figura 7 - Revista *Senzala*, janeiro de 1946, página 10.

Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

Esse recorte de imagem é da primeira página, de duas direcionadas à divulgação do debate ocorrido na Associação de Imprensa Paulista. Logo abaixo das duas fotografias há um pequeno informe a respeito do fechamento das diretrizes do manifesto, como quem contribuiu para a sua escrita. Nesse texto são divulgados os nomes que articularam as “teses” que se sobressaíram nos Congressos, dois deles foram de Sofia Campos e Aguiinaldo, membros atuantes no círculo de jornalistas colaboradores negros.

Durante os congressos, foram debatidas algumas demandas prioritárias transmitidas aos membros da Assembleia Constituinte. O manifesto requereu aos senadores a definição de racismo como crime de lesa-pátria, incentivo de políticas públicas a bolsas de estudos, redução de impostos a pequenos e médios comerciantes para alavancar a distribuição de renda, afora a reivindicação da explicação da “formação étnica do povo brasileiro”, como nos aponta o historiador Julio Menezes da Silva (2020) ao pesquisar sobre o Teatro Experimental do Negro. Ademais, o manifesto traz em sua introdução sobre suas reivindicações:

Patricios Negros:

No momento em que todas as forças vivas da nação se arregimentam e se articulam em prol de sua redemocratização, impõe-se, como dever sagrado trazermos, num trabalho de conjunto eficiente e construtivo a nossa desprestigiada palavra de fé e a exposição daquelas reivindicações para as quais nos devemos apresentar. Nesse sentido, os negros do Brasil, reunidos em Convenção Nacional, exaltaram, escrupulosa e detidamente, a sua situação atual, não somente em face de sua existência no passado, como, sobretudo, das injunções do presente. Dessa análise verifica-se que mais do que nunca, no instante histórico que se vive, é imperioso realizemos um trabalho de unificação e coordenação de todos os nossos esforços e anseios para que o ideal da Abolição se torne hoje em dia e para o futuro uma realidade expressiva sob todos os títulos. E é assim que urge formulemos princípios de reivindicações de direitos que, de fato, se nos foram outorgados por aquele magno acontecimento, não puderam, entretanto, ser concretizados em consequência das condições particulares em que se verificou e dos prejuízos decorrentes não só nos domínios de ordem econômica, como de ordem moral e espiritual. [...]

[...] Auscultando a nossa realidade tiraremos de sua consideração o remédio necessário aos nossos males, negando atenção àqueles que querem “salvar-nos” contra as nossas tradições e contra o Brasil [...] (CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO BRASILEIRO, nov. 1945)

Conforme observamos, em face das “injunções do presente”, ou seja, diante do forte tensionamento social e racial historicamente presente na realidade brasileira, agravado naquela primeira metade dos anos 1940, os manifestantes publicaram o conjunto de reivindicações para denunciar e expor a conjuntura social, para assim pressionar os congressistas brasileiros em vésperas de eleições. O manifesto, como denota seu título, destinou-se a diversos grupos sociais e políticos. Ao citar a

unificação dos negros no combate ao racismo, os movimentos negros apontaram o desejo de tornar a abolição uma “realidade”, ou seja, interceder na ampla desigualdade social que atingia as populações marginalizadas no fim de 1945.

A segunda parte do excerto demonstra o tensionamento e a instabilidade social no Brasil, discorrendo em seguida sobre as reações das elites brasileiras e de parte relevante da classe trabalhadora branca e descendente de imigrantes ao relativizarem e normalizarem o racismo.³²

Assim, observamos os alicerces fundamentais dos temas tratados nas Convenções em São Paulo e no Rio de Janeiro que viriam a infringir a linha editorial de todos os três veículos desde suas primeiras edições. O manifesto lançado em 1946 e que ganhou repercussão pela revista *Senzala* e pelo jornal *O Novo Horizonte* apresentava as seguintes reivindicações:

- 1- Que se torne explícita na Constituição de nosso país a referência à origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca.
- 2- Que torne matéria de lei, na forma de crime de lesa-pátria, o preconceito de cor e de raça.
- 3- Que se torne matéria de lei penal o crime praticado nas bases do preceito supracitado, tanto nas empresas de caráter particular como nas sociedades civis e nas instituições de ordem pública e particular.
- 4- Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros como pensionistas do Estado em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares.

³² Conforme apontam as fontes primárias, jornais, revista e depoimentos, existia à época um conceito semelhante ao racismo reverso atual denominado *racismo político*, propagado e reproduzido em diversos setores da sociedade, sobretudo em São Paulo, cidade marcada pelo avanço das indústrias e consequente alteração dos postos de trabalho, movimentando contingentes de populações dos interiores do Brasil e do exterior. Havia, portanto, o entendimento de que a distribuição de cargos e empregos naquela altura da república brasileira fosse igualitária ou equivalente, portanto, uma política econômica normativa, sem marginalizações e negligências. Chama atenção a utilização do termo direcionado aos negros, denotando uma ideia de *ser político* fundamentalmente racista, característica da a-historicidade inventada pelo ocidente à imagem dos africanos, descendentes e indígenas. O negacionismo histórico diante da realidade das populações negras elencadas ao *racismo político* foi pauta de denúncia da revista e dos jornais em todas as suas edições.

5- Isenção de impostos e taxas, tanto federais como estaduais e municipais, a todos os brasileiros que desejarem se estabelecer com qualquer ramo comercial, industrial e agrícola com capital não superior a Cr\$ 20.000,00.

6- Considerar como problema urgente a adoção de medidas governamentais visando a elevação do nível econômico, cultural e social brasileiro.

Em artigo escrito por Aguinaldo Camargo intitulado “Diretrizes da Convenção do Negro Brasileiro” e publicado na revista *Senzala*, além do caráter cientificista atribuído por muitos intelectuais ao debate sobre raça, percebe-se a preocupação em incorporar a nacionalidade brasileira como eixo das diretrizes do manifesto estruturado pela crítica ao racismo, sobretudo às classes dirigentes, para assim expor as demandas em torno da educação formal e do acesso do negro a melhores condições de trabalho e renda. Segundo Aguinaldo:

Sabido é que desde a nossa formação histórica o povo brasileiro se constitui de três raças fundamentais: a branca, a negra e a indígena. Pela miscigenação desses três grupos, somos considerados um povo mestiço e por essa razão, não é justo que em pleno século vinte, com vitória dos princípios democráticos, ainda perdurem as restrições que elementos reacionários e com mentalidade nazifascista querem impingir a nosso povo. (SENZALA, jan. 1946, p. 11)

Observa-se uma tomada de consciência acerca do conceito de raça como elaboração social e cultural, logo, uma construção histórica, recusando-se o entendimento de raça como uma herança biológica. Conforme nos deparamos com a crítica aos “reacionários” de mentalidade “nazifascista”, deparamo-nos novamente com as tensões raciais históricas do Brasil como um incômodo aos leitores e articulistas dos periódicos, algo que deveria ser externado e posto em praça pública.

Ocorria, portanto, uma percepção de nacionalidade constituída em dívida com as populações negras, no âmbito da memória coletiva e na racialização provocadas pelas políticas segregacionistas perpetradas pelo Estado brasileiro desde a Primeira República.

Logo no mês seguinte, o editorial da *Senzala* fez a seguinte reflexão sobre a incursão nos debates acerca das fronteiras da nacionalidade durante aqueles últimos meses:

Fazendo de seus ideais a concretizar, objetivos que dizem de sangue, das lágrimas, de tôda a alma de um povo que, na qualidade de orador, sempre procurou para que lhe fizessem justiça, interceder com a santa humildade dos seus símbolos vivos a sua grande devedora – a Nação Brasileira. (EDITORIAL DA REVISTA SENZALA, fev. 1946)

O sentimento fronteiriço provocado pelo “muro da nacionalidade” dá margem para a rememoração dos afro-brasileiros que sobreviveram à escravidão e aos períodos subsequentes. Em seguida, o editorial da revista questiona formulações sobre a formação do Estado brasileiro, sobretudo o discurso nacionalista em voga naqueles anos de eugenia como política de segregação.

Assim, delineava-se a constituição de uma nova nacionalidade para se reivindicar o acesso das populações negras à cidadania, ou seja, o direito a emprego de qualidade e bem remunerado, sistema educacional gratuito, acesso a cargos em repartições públicas e a emergência de um debate político sobre a Legislação Antirracismo (CATOIA, 2018).

A reivindicação pela cidadania imbricou, na prática comunicativa e dentro dos debates do movimento negro em São Paulo e demais localidades do Brasil, uma crítica à homogeneidade racial provocada pelo projeto de embranquecimento durante as primeiras décadas do século XX, quando o mestiço era visto como um projeto político brasileiro (CATOIA, 2018).

Como aponta Cinthia Catoia (2018), as obras escritas por Gilberto Freyre catalisaram a exaltação da “cultura mestiça” negando as teorias raciais implementadas no Brasil. Obras como “Casa-Grande & Senzala”, de 1933, e “Sobrados e Mucambos”, de 1936, repercutiram bastante as representações e construções simbólicas romanceadas que elevaram a percepção de uma sociedade brasileira composta por três raças, cada uma responsável por algum tipo de contribuição para a formação do Brasil, concepção que repercutiria mesmo entre as populações negras, porém sob tensão social. Como veremos no próximo capítulo, a

denúncia da violência imposta às mulheres negras é uma das intervenções coletivas expressas pelas representações sobre a mãe negra nos veículos pesquisados.

Contudo, a reivindicação por melhoria das condições de vida da população negra dentro dos jornais e revista passava pela articulação entre revisar a memória nacional e exigir a incorporação do negro nos espaços geograficamente e espacialmente segregacionistas, para que assim pudessem “vigiar” e defender seus interesses coletivos diante das instituições, um processo de valorização do passado em perspectiva de um futuro em meio ao término do Estado Novo.

Nessa conjunção de debates, a primeira edição da revista *Senzala* trouxe na página 30 um artigo sem assinatura referente ao Congresso Cultural e Artístico dos Negros de Campinas, realizado no dia 10 de dezembro de 1945. Observando-se sua estrutura textual, esse artigo apresenta o orador Constâncio Vitorino Filho e os demais organizadores do congresso, citados nominalmente com suas profissões, alguns com ensino superior e magistério. Em seguida, a *Senzala* traz uma síntese das teses debatidas em conjunto com a apresentação de seus respectivos autores³³, como podemos observar a seguir:

O orador demonstrou com argumentos, baseados na antropologia, sociologia, etnologia e biologia, que no Brasil não existe negro como raça, mas sim uma fase de aperfeiçoamento de um novo tipo racial, a que deu o nome de brasileiro. (EDITORIAL DA REVISTA SENZALA, fev. 1946).

No excerto supracitado, ainda ecoando as diretrizes do Congresso, além de conferir um destaque a trabalhos de pesquisa, apuração e formulação de epistemes negras, propõe a construção de uma perspectiva de raça brasileira associada à cidadania, revelando a intenção desses colaboradores em atravessar a chamada fronteira da nacionalidade. A raça é, portanto, objeto de discussão e rediscussão, não propriamente com base no cientificismo biológico, mas através de uma incorporação das novas perspectivas de relações de trabalho, consumo e reabilitação do sistema eleitoral, que é o que indica a centralidade atribuída a nacionalidade em diversos artigos dos periódicos.

³³ Entre as teses apresentadas e debatidas, encontram-se os textos “A cultura negra no Brasil e Questões de raça e o problema de luta de classes”, de Luiz Lobato, e a tese de Sofia Campos “Novos rumos para a mulher”.

Os editoriais d'*O Novo Horizonte* e *Alvorada* não repercutiram o congresso nem mesmo o manifesto. O primeiro porque foi publicado pela primeira vez em maio de 1946, alguns meses após o processo eleitoral, enquanto o jornal de Correia Leite optou por uma abordagem mais distante, em conjunto com seus colaboradores. Ou seja, partiram da ideia de que a unidade do negro seria mais relevante como ação de intervenção social em caráter de mutirão e beneficência do que uma atuação diretamente político-partidária, evitando publicar textos que repercutissem, entre outros aspectos, os acontecimentos diante do Congresso brasileiro. No entanto, tanto *O Novo Horizonte* como o *Alvorada*, em diferentes edições, voltaram à discussão sobre a questão do racismo e da integração do negro à nacionalidade.

Assim, segundo o articulista d'*O Novo Horizonte* Jarbas dos Santos, os líderes nacionais e a classe dominante da economia brasileira “vendiam suas terras e produtos agrícolas para o estrangeiro”. Em artigo intitulado “Pequenas aberrações da adaptação do homem ao meio” (*O NOVO HORIZONTE*, mai. 1946), o autor afirmava compreender a economia brasileira como “submissa ao capital internacional”, sobretudo dependente das relações econômicas com países como Estados Unidos e Reino Unido, conjuntura entreguista que, segundo parte dos editoriais, prejudicou significativamente a vida das populações negras e indígenas, tidas como incapazes de serem “aculturadas” na dinâmica do trabalho fabril, sofrendo com as políticas eugenistas de imigração.³⁴

O Novo Horizonte, além de trazer em pauta, como ponto de reflexão, a falta de condições socioeconômicas das populações negras após o 13 de maio, em artigo intitulado “E assim viemos”, propõe outra análise convergente com as tensões de classe e de raça naquela São Paulo que continuava a se industrializar:

[...] as livrarias estão abarrotadas de estudos sobre a nossa raça, mas de que trata essa literatura? Do nosso folclore, do que temos de pitoresco, como se fôssemos eternos motivos exóticos para gaudío de leitores de histórias fantásticas de Zulús, Zumbies [...] (JARBAS DOS SANTOS, *O NOVO HORIZONTE*, set. 1946)

³⁴ Em “Nem tudo era italiano”, o historiador Carlos José Ferreira Santos (2017) faz uma abordagem bastante relevante a respeito das “populações nacionais pobres” através de fontes como fotografias, relatos de memorialistas, documentos e atas legislativas da cidade de São Paulo, que demonstram o projeto racista de redistribuição da mão de obra no Brasil, sobretudo na cidade paulista, entre o fim do Brasil Império e a Primeira República.

Observamos nesse trecho escrito por Waldy Silva dois aspectos que chamam atenção e nos trazem uma compreensão mais ampla acerca da discursividade dos jornais e da atuação de seus principais articuladores. O primeiro é justamente a monopolização das produções escritas sobre o negro, dentro e fora do Brasil, pela intelectualidade branca, um ponto marcante do controle das linguagens e da informação, um verdadeiro incômodo para os colaboradores. O outro aspecto, complemento do primeiro, refere-se às abordagens objetificantes dos corpos negros dentro dessa produção escrita, “exóticos” para muitos desses autores, sem problematizações necessárias conforme muitas das pessoas que compunham os círculos negros de trabalhadores literatos, jornalistas, artistas e envolvidos nas dinâmicas das associações vinculadas aos três grupos de militantes intelectuais orgânicos.

A cultura letrada proporcionou, como evidenciam Abdias Nascimento em “O Quilombismo”, Raymond Williams em “Cultura e Marxismo” e Stuart Hall em “Da diáspora: mediações culturais”, um controle sobre as linguagens desde a colonização que formaliza ontologias eurocentradas. Conscientes dessa conjuntura fronteiriça fundada no racismo, os veículos negros debateram, ainda que em poucos artigos, a importância do desenvolvimento de outras epistemologias sobre os negros e sobre a realidade brasileira, uma tarefa vista como essencial para a “reeducação” dos brasileiros. Contudo, para além de reeducar o brasileiro, a chamada elevação moral e econômica das populações indicava a necessidade da crítica às representações dominantes sobre os negros, inclusive por meio da renovação do ensino e das imagens sobre o negro disseminadas pelos materiais didáticos.

Em texto intitulado “O mundo em que vivemos” publicado n’*O Novo Horizonte* (jun. 1947, p. 1), Aristides Barbosa afirmou que:

É preciso que nos dêem oportunidade e que cessem de destruir os nossos espíritos, principalmente os de nossas crianças nos bancos escolares com lições e figuras nos próprios livros de história e ciências para provar que o negro é inferior.

O excerto compôs uma série de denúncias de racismo no cotidiano da cidade. As denúncias ocorriam em algumas ocasiões entre os periódicos. Nesse caso, Aristides comenta sobre a precariedade do conhecimento replicado nas escolas brasileiras a respeito das populações negras, assunto fundamental para se propor renovar a educação básica e superior no Brasil, uma reviravolta necessária para muitos militantes negros à época.

Stuart Hall (1992), em seus estudos sobre identidades em prospecção diante do capitalismo industrial, observa que as linguagens, assim como a imprensa, foram e são utilizadas para sobrevivência, adaptação, reelaboração e prática combativa. Portanto, a cultura do jornal torna-se um espaço de disputa, um caminho para alguns comunicadores negros. Nesse caso, as culturas escrita e letrada são parte de suas plataformas de comunicação, nas escolas, universidades, jornais, assembleias e congressos.

Alguns artigos como o “Muro das lamentações”, de Raul Amaral, traziam ao leitor uma sensação de nacionalidade dividida, incompleta, inalcançada (O NOVO HORIZONTE, setembro de 1946, p. 4), um atravessar de fronteiras cotidianas que Paul Gilroy (2001) coloca em evidência ao discutir a diáspora negra.³⁵ O artigo refletia sobre a unidade das populações negras na articulação de estratégias de intervenção social³⁶. Nesse bojo, Raul fez a seguinte afirmação sobre seu sentimento quanto à formação da cidadania brasileira:

Muito pelo contrário, ao invés de ufanía desenfreada que vai pelo mundo Negro Brasileiro, atingindo mesmo as raias da

³⁵ O trabalho de Gilroy aborda em grande parte as transferências culturais entre os descendentes de africanos nascidos no Caribe e na América Central emigrados para o Reino Unido, afro-estadunidenses e as diásporas africanas do século XX, majoritariamente destinadas à Europa. Seu estudo ajuda a descortinar a experiência negra urbana após o avanço da industrialização pelo mundo no século XX, permitindo-nos historicizar a constituição do sentimento de disparidade no senso comum sobre os negros mesmo diante do fim da escravidão e formulação dos sistemas políticos representativos que, conforme apontam os editoriais da revista e jornais, significavam ferramentas para disputa por memória e articulação social.

³⁶ Subentende-se pelo texto de Raul Amaral que o autor estava criticando associações negras (especialmente as dançantes) e demais grupos que não participavam das atividades e congressos que visavam debater sobre a condição socioeconômica dos brasileiros marginalizados. Atrelado a isso, não exatamente associado a Raul, ocorria por parte de alguns articulistas uma percepção moralizante quanto ao samba, geralmente matérias assinadas por autores focados em discutir “a grande família cristã brasileira” sob perspectiva prospectiva de uma democracia racial. O samba e a bebida foram, por exemplo, objetos de negação por parte dos colaboradores, porém mostraram-se presentes em textos como contos e poemas, sem o teor moralizante. Maria de Lourdes, colaboradora d’O Novo Horizonte, ressaltou a prática moral e cristã “na família, na escola, nos divertimentos e no trabalho” como elemento fundante para a articulação das populações negras.

inconsequência coletiva – nós só vemos motivos para preocupações, seríssimas preocupações, uma das quais constitui o problema de várias faces que atacamos neste muro de lamentações. (RAUL AMARAL EM O NOVO HORIZONTE, set. 1946)

Em setembro de 1946, portanto, alguns anos após a eleição de Dutra, Raul mostrava-se visivelmente preocupado com a conjuntura que as populações negras ainda vivenciavam. A “ufania desenfreada” significava a urgência de associação e discussão de estratégias de articulação social, como havia acontecido com a formação da Convenção do Negro Brasileiro.

Kabengele Munanga, em “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil” (2019), e Renato Ortiz, em “Cultura brasileira e identidade nacional” (2012), referem-se ao sistema escravista como elemento explorador predecessor de uma nova ordem política que manteve as legislações industriais e a tributação, mas não proporcionou condições dignas de vida aos negros e indígenas, sob a égide das ideologias baseadas no evolucionismo de Spencer, no darwinismo social e no positivismo de Comte, transfigurados por autores como Nina Rodrigues e Sílvio Romero. Segundo Ortiz (2012), a mestiçagem, ou seja, o embranquecimento da população brasileira ao longo das décadas foi uma utopia de nação em que o ideal nacional tornar-se-ia um sujeito branco.

Observando as páginas dos veículos negros, percebe-se que havia uma recusa desse sujeito nacional embranquecido, ao mesmo tempo que se objetivava reivindicar a nacionalidade brasileira entre os grupos de negros organizados em partidos ou fora deles.

Em texto assinado por Raul Amaral intitulado “O negro não tem problema?”, é possível verificar em sua elaboração uma crítica ao senso comum de um negro passivo e “satisfeito” após a abolição:

Contudo, é doloroso constatar e registrar que o reconhecimento da participação do negro na formação da nacionalidade, a sua decantada contribuição armou-lhe um clima artificial ao ponto de, nos dias correntes, serem os negros brasileiros apresentados sob a falsa impressão de que vivem felizes, satisfeitos e despreocupados. (RAUL EM ALVORADA, out. 1945, p. 1)

A falsa impressão de que viviam felizes e despreocupados era uma temática fundamental nas reuniões de pauta dos editoriais, pois compunha um dos alicerces de suas propostas narrativas: o sentimento de uma realidade distante daquela das populações brancas e imigrantes, seja no campo ou na cidade, espectro discursivo que embasou uma proposição a respeito de uma nova identidade nacional e da elevação da autoestima dos negros, elencando-se sua capacidade combativa e convidando o leitor a refletir sobre a conjuntura social.³⁷

2.2 O ALVORADA, A ASSOCIAÇÃO DOS NEGROS BRASILEIROS E O “LEVANTAMENTO” CULTURAL DOS NEGROS



Figura 8 - *Alvorada*, edição de 1946.

Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

Como já indicado em outro momento do texto, a busca pela unidade dos grupos negros constituía objetivo principal do movimento naquela conjuntura, e o associativismo se estabeleceu como estratégia para a promoção da união e intervenção social para os três grupos de comunicadores e militantes aqui analisados. Importante indicar que, já no começo do século XX, as narrativas dos círculos negros

³⁷ São bastante recorrentes nos textos dos periódicos discussões sobre o chamado “complexo de inferioridade” proporcionado pelo racismo às populações negras. Os autores associam esse complexo à “apatia” em pessoas negras após anos de vivência em estado de marginalização e trazem ao leitor a ideia de unidade para a ampliação do conhecimento sobre o chamado problema de cor.

embasavam-se na memória e rememoração dos abolicionistas, que, segundo José Carlos Gomes Silva (2008), destacavam a resistência dos escravizados ao longo do colonialismo, enalteciam representações coletivas essenciais para o negro, como a mãe negra, e defendiam a formação de espaços para realização de atividades educacionais, de lazer e debates sobre a realidade do negro em uma sociedade desigual, fomentando uma consciência antirracista fundamental para as gerações posteriores.

No entanto, entre os três grupos ligados aos periódicos pesquisados, aqueles ligados ao *Alvorada* e à Associação dos Negros Brasileiros foram os que mais apostaram na força do associativismo.³⁸ Para além dos públicos negros em geral, o jornal dirigido e orientado por Correia Leite colocava-se como canal de comunicação com os leitores e membros inscritos da Associação dos Negros Brasileiros, trazendo informações referentes à administração financeira da associação, suas propostas e atividades.

Algo que se sobressai é o particular crescimento da Associação dos Negros Brasileiros após o nascimento do *Alvorada*. O *Alvorada* era um divulgador de suas atividades, mas também expunha informações referentes às despesas da associação, valores doados a ela e seus respectivos doadores, quantidade de membros, secretarias para as mais diversas atividades, tais como programas para crianças, de alfabetização inclusiva³⁹, ensino técnico, entre outras. O jornal conseguiu registrar alguns movimentos importantes da Associação dos Negros Brasileiros, como a campanha por arrecadação de fundos para a formalização da entidade e sua efetivação em janeiro de 1946.⁴⁰

³⁸ Destaca-se também o fato de a Associação dos Negros Brasileiros divulgar mais informações sobre sua organização em relação a outras associações em decorrência dos registros internos apresentados pelo diretório dentro do jornal, o que configura uma particularidade dentro do círculo de periódicos negros em vista da quantidade de informes produzidos, que, por consequência, faz saltar aos olhos a inquietação de trazer algumas leituras possíveis sobre as dinâmicas dentro e para fora do espaço associativo. Vale lembrar, para efeito de historicização, que a formalização da ANB e fortalecimento de outras entidades se deram justamente naquele momento de reorganização dos movimentos sociais e organizações associativas em vésperas de eleições presidenciais.

³⁹ Quanto aos programas de alfabetização e letramento da Associação dos Negros Brasileiros, as edições do *Alvorada* não expuseram em que circunstâncias se constituiu o curso, sua metodologia, faixa etária dos alunos e nem mesmo informações pedagógicas ou técnicas das outras atividades educativas. A intenção do editorial dos veículos foi, *a priori*, divulgar o espaço da ANB e parte de suas atividades.

⁴⁰ A campanha foi realizada através da pré-inscrição de futuros membros da entidade, que contribuíam com um valor mensal e com os chamados “auxílios espontâneos”, ou seja, doações extras e de livre escolha. Nesse ínterim, o *Alvorada* divulgava desde sua primeira edição, em setembro de 1945, a formação da entidade como associação de ajuda mútua.

Invariavelmente, havia quadros nas páginas do *Alvorada* que convidavam o leitor a conhecer o espaço associativo, como evidencia o seguinte excerto do jornal:

A.N.B.

Em organização.

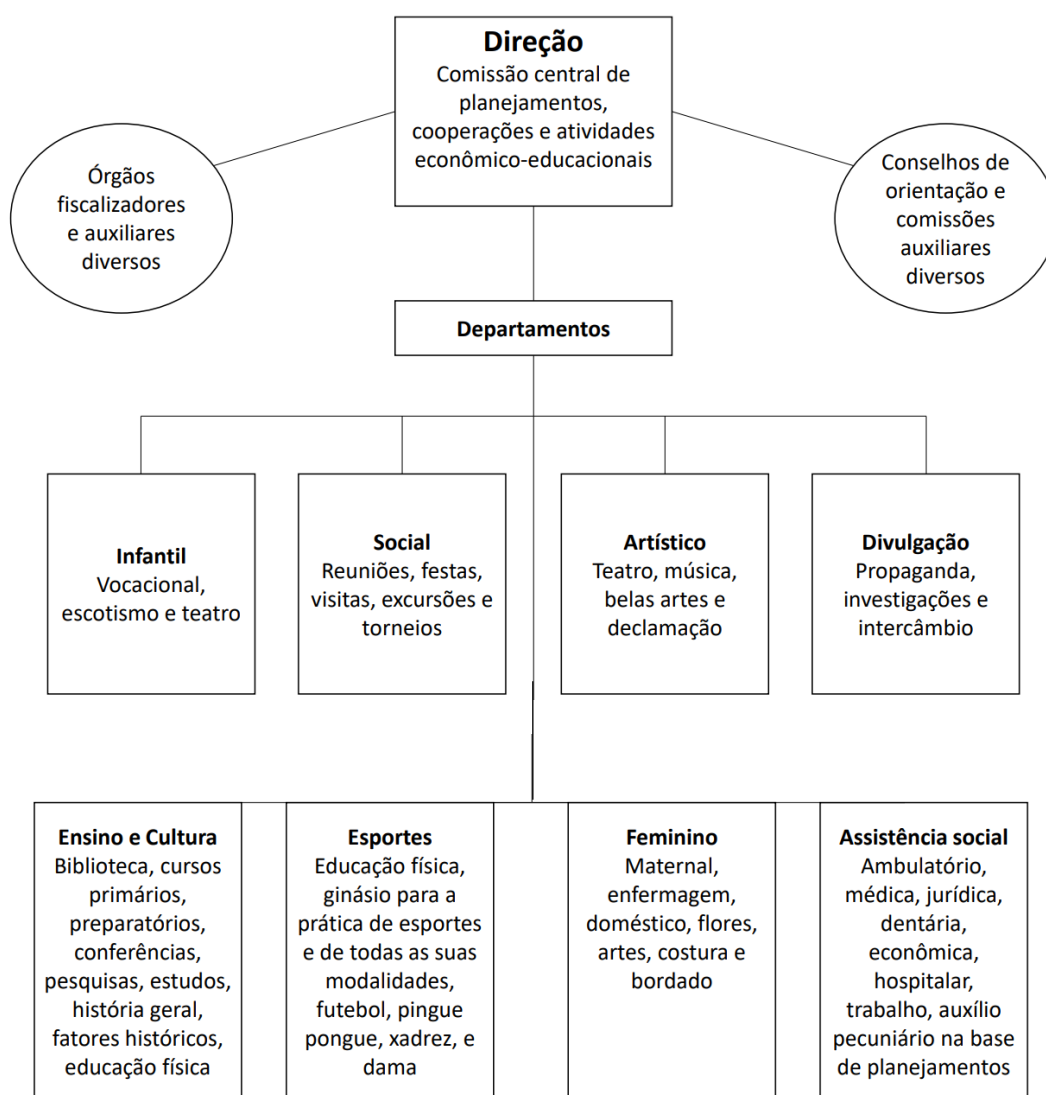
Se não conhece procure conhecer: é a maior tentativa de aproximação de toda a família negra de São Paulo e do Brasil. Sede social provisória: Rua Formosa, 433. (EDITORIAL DO JORNAL ALVORADA, nov. 1945, p. 3)

A chamada supracitada é apenas um exemplo das muitas inserções através das quais o *Alvorada* buscava mobilizar a participação de grupos negros e fortalecer a formação e estruturação da Associação dos Negros Brasileiros.

Naquele período a entidade realizou uma campanha com o objetivo de atingir mil sócios para conseguir renda suficiente para a sua manutenção, realizar atividades e formalizar o espaço provisoriamente instalado na rua Formosa. Outro aspecto que chama atenção é justamente a vinculação da associação à “grande família negra”, um ideário reproduzido nos artigos e demais quadros dos periódicos que projetava a comunhão de interesses pela unidade e elevação socioeconômica das populações negras, em leitura crítica à realidade presente e suas bases memoriais constituídas.

Assim, o ano de 1945 chegava perto de dezembro e mais membros ingressaram à associação. Com isso, uma conjuntura favorável para a realização de um congresso que elegeesse uma diretoria para a associação se formou. Até então a ANB era gerida por um comitê organizador, que administrava suas secretarias.

O *Alvorada* disponibilizou em sua primeira edição a relação de todas as secretarias e núcleos de atividades, como se pode observar no diagrama a seguir:



O quadro exposto na segunda página da edição inaugural do veículo negro nos ajuda a pensar sobre alguns dos sentidos das ações elencadas pela entidade, para além da dinâmica administrativa e do processo comunicativo através de instrumentos sociais, como é a imprensa não hegemônica.

Observa-se que a associação se configurava sob um discurso crítico acerca das políticas estatais sobre o negro desde a abolição, que não contribuíram para o

“levantamento cultural do negro”. Assim, houve a realização de cursos preparatórios (não identificados), técnicos de costura, canto, teatro e profissionais, além da disponibilização de biblioteca, núcleos de estudo em história geral e departamentos responsáveis por atividades de lazer, como festas e excursões.

A ANB deu continuidade às suas funções como entidade formalizando a realização de uma assembleia constitutiva da Associação para formação dos diretores e consequente legalização de sua institucionalidade, aspecto fundamental para a chamada “elevação da moral” das populações negras.



Figura 9 - Título de honra entregue aos associados da ANB.

Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

Após a averiguação dos valores arrecadados ao longo do segundo semestre de 1945, o Comitê Organizador emitiu o comunicado exposto na figura anterior, lembrando seus membros da realização da assembleia constitutiva. O jornal *Alvorada* logo se prontificou a publicar um comunicado, em seção intitulada “Mensagem do ‘Comitê Organizador’”, que trazia a seguinte deliberação:

A assembleia será convocada pelo Comitê, em forma de um congresso da A.N.B., onde os seus inscritos quites discutirão as

normas de seus trabalhos e as possibilidades de sua instalação e outros assuntos como sejam a elaboração dos estatutos e constituição da diretoria etc. Nessa assembleia será conferido a todos os inscritos um título de honra, comprovante da primeira iniciativa negra no Brasil, de uma subscrição pública entre os descendentes da grande raça, para a cristalização de uma obra que aspira à redenção econômica e cultural do povo negro brasileiro. (EDITORIAL DO JORNAL ALVORADA, jan. 1946, p. 2)

Através das páginas do *Alvorada* podemos depreender que o quadro social da Associação dos Negros Brasileiros estava se formando antes da sua legalização. A aguardada eleição de uma mesa diretora veio a tornar-se realidade, e José Correia Leite se dedicou a acompanhar e participar do movimento que deflagraria a criação da associação negra. Leite ocupou a função de presidente do Comitê Organizador⁴¹ da Associação dos Negros Brasileiros concomitantemente ao cargo de diretor e articulista do *Alvorada*.

Através das folhas da imprensa, os periódicos negros objetivaram criar uma ferramenta educativa diante dos grupos negros, portando-se como seus porta-vozes. A comunicação impressa a tinta foi, portanto, uma preocupação pedagógica adjacente à prática de ampliação do acesso à leitura, à escrita e ao conhecimento técnico visando diminuir as barreiras impostas pela concorrência com a classe trabalhadora imigrante e descendente de imigrantes. Para os articuladores do movimento negro em São Paulo nos anos 1940, o acesso ao ensino formal e universitário por meio de políticas públicas apresentava-se como caminho necessário para a integração do negro em espaços de melhor remuneração e prestígio no mercado de trabalho, ou seja, para o acesso a emprego de qualidade.

Vale recapitular que, naquela conjuntura, como aponta Amailton Azevedo (2017), as populações negras desempenhavam funções com remuneração mais baixa na São Paulo imaginada como moderna e industrial – eram engraxates, caixeiros,

⁴¹ Durante a análise das páginas do *Alvorada*, observamos a exposição dos membros do Comitê Organizador nas sociais do jornal logo em suas primeiras edições através de colunas laterais, caracterizando o periódico como uma estratégia de comunicação direta com os associados da ANB. Como aponta o *Alvorada*, os responsáveis pela arregimentação para a formação do quadro social da Associação dos Negros Brasileiros foram José Correia Leite (presidente do Comitê), Raul Amaral (secretário-geral), Mário Silva Junior, Roque Antonio dos Santos e Abílio Justino Costa (tesoureiros), Fernando Góis (consultor), Edgard Ferreira, José Barbosa, Francisco Lucrécio e Manuel Antônio dos Santos, esses assistentes.

mensageiros, vendedores informais, funcionários públicos das forças de segurança, desempregados, sem tetos e pessoas em situação de rua.

A incorporação das narrativas negras no veículo impresso objetivava tornar mais compreensível as dinâmicas do Estado e da exploração da pobreza por parte das classes dirigentes para os próprios leitores e, assim, incorporar o negro brasileiro na condição de “cidadão”, ou seja, reconfigurar a divisão do trabalho após as políticas de imigração ocorridas desde a segunda metade do século XIX em São Paulo.

Tais bandeiras sobre o “levantamento” social e econômico por meio da educação também animavam as páginas d’*O Novo Horizonte*. O próprio cabeçalho do jornal, no qual sobressaía o dístico “Para seres bom negro, sê culto – o futuro da nossa raça exige”, já remete ao ideário que embasava seu projeto editorial. Somado a esse aspecto, o articulista d’*O Novo Horizonte* Ovídio Santos responsabilizou-se pela direção da escola Cruz e Souza, espaço de alfabetização com curso primário e curso de admissão ao ginásio, podendo-se perceber sua vivência como educador e militante durante os anos 1940.

Vale a pena revisitarmos os editoriais – os textos sem assinatura – e as matérias assinadas dos veículos no intuito de engendrar uma leitura possível dos sentidos formados a respeito da centralidade do letramento e do trabalho para a ascensão social e a melhora da qualidade de vida. Assim, em uma matéria publicada em novembro de 1946 pel’*O Novo Horizonte* assinada por Aristides Barbosa, ex-membro da regional paulista da Frente Negra Brasileira, intitulada “Visitamos a escola Cruz e Souza”, podemos depreender alguns aspectos da trajetória de outro desses comunicadores e educadores, também chamado José, mas agora com sobrenome Euzébio dos Santos. O texto de Barbosa traz ao leitor do jornal relato sobre a visita que fez à escola primária particular Cruz e Souza, dirigida por José, um professor negro de violino e violão.

Observa-se que as páginas da matéria elaborada por Aristides, que entrevistou o professor, trazem uma reflexão sobre a realidade da educação para as populações desfavorecidas pela desigualdade social. No primeiro parágrafo, na apresentação do tema, Aristides fez a seguinte reflexão, importante contribuição para o entendimento do eixo temático em torno do letramento elaborado pelos editoriais:

Um dos grandes problemas nacionais, que vem desafiando a perícia de todos que têm escabeçado os destinos do Brasil, é sem dúvida alguma, a educação. A linguagem cruamente verdadeira da estatística nos mostra de maneira contristadora, a exiguidade de escolas neste imenso país, principalmente de escolas primárias. (ALVORADA, nov. 1946)

Colaborador do jornal, apontou a ausência de políticas públicas que proporcionassem às populações marginalizadas acesso à alfabetização e ao ensino primário nas zonas rurais e urbanas.⁴²

Na página seguinte dessa mesma edição, outro colaborador, Oswaldo Barbosa, pai de Aristides, denunciou a ausência de alunos negros nas escolas públicas em horário noturno, período em que seria minimamente possível para as crianças e os adolescentes dedicarem-se à escola, depois de trabalhar ou cuidar das demandas domiciliares de suas famílias. Nessa direção, a formação pela Cruzada Afro-Brasileira de Alfabetização se estabelecia desde meados dos anos 1940, precedendo os congressos e manifestos negros apresentados durante o processo constituinte e divulgados pelos periódicos.

A relação entre trabalho e letramento das populações empobrecidas era eixo de discussão, invariavelmente, nas produções realizadas pelos colaboradores. Em artigo intitulado “O Problema do Negro”, Philemon Cecilio de Souza adentra o tema ao refletir sobre o chamado “levantamento negro”:

Será este o ponto cardeal de sua existência: melhorar o trabalho do negro para minorar-lhe os sofrimentos da vida. Trabalho melhor, sob o ponto de vista de maior rendimento econômico, com menor esforço material. Isto, só lhe pode ser proporcionado produzir pela educação, num grau elevado, no setor profissional. (ALVORADA, mar. 1946)

Minorar os sofrimentos em vida era pauta constante. Os artigos dos periódicos frequentemente associavam o acesso dos negros às universidades com sua prática discursiva, visto que se entendia que o ingresso no ensino superior possibilitaria aos

⁴² Durante a entrevista, o professor José dos Santos afirmou que dois aspectos chamavam sua atenção quanto à qualidade do ensino primário no Brasil: a ausência de escolas públicas e privadas, portanto ausência de um projeto de popularização da educação; e a evasão das escolas, problemática persistente na realidade brasileira ainda hoje, e que se reproduzia através das desistências de alunos bolsistas na Escola Cruz e Souza.

grupos marginalizados acesso a empregos mais bem remunerados, que lhes permitiria mais autonomia e melhoramento de suas condições materiais, além de acesso à saúde básica, comida, domicílio e lazer.

Nota-se, entretanto, que o objetivo do ingresso nas universidades não se restringia unicamente a elevar as condições de vida do indivíduo, e sim intervir diretamente na dinâmica das relações sociais e ampliar o conhecimento sobre as populações negras, opondo uma crítica pedagógica quanto ao que era ensinado nas escolas brasileiras, especialmente a partir da denúncia de representações racistas, como a do “jeca-tatu”. A “incultura forçada”, conforme mencionado no artigo “Muro das lamentações” do jornal *O Novo Horizonte* (maio de 1946, p. 4), significava para os colaboradores destituir os negros e demais populações marginalizadas de seus direitos sociais e políticos.

2.3 EM MEIO À UNIDADE, TENSÕES E DIVERGÊNCIAS NO MOVIMENTO

Durante o processo de leitura dos jornais e revistas negros, nota-se a importância metodológica de se tratar a pluralidade de ideias (FERREIRA, 2005) dos diferentes sujeitos sociais responsáveis por elaborar e consumir as páginas negras da imprensa em São Paulo.

Como indicado anteriormente, o associativismo se estabeleceu como estratégia fundamental de união e intervenção social para os três grupos de comunicadores e ativistas aqui analisados. Não obstante a busca de unidade, cabe destacar a existência de tensões entre os diversos grupos, principalmente no que diz respeito às estratégias de luta.

Aliás, indique-se que tais divergências entre os grupos também se expressaram entre os colaboradores da imprensa negra em São Paulo, influenciando nas trajetórias, nos projetos editoriais e nas perspectivas de militância. É importante ressaltar que esses três grupos principais de jornalistas e militantes negros difundiram pautas e linhas editoriais centradas em suas diferentes práticas de intervenção social. Dirigido por Correia Leite, Fernando Góes e Raul Amaral como redatores-chefes, o *Alvorada* apresentava uma linha editorial pautada pelo associativismo e pela desconfiança acerca do sistema partidário. Já a revista *Senzala*, organizada por

Geraldo Campos como diretor, Sebastião Batista Ramos como gerente e Armando de Castro com a função de secretário, além do jornal *O Novo Horizonte*, esse dirigido por Arnaldo de Camargo e pelo redator-chefe Aristides Barbosa, difundiram o associativismo e atividades educativas e culturais de organizações que configuravam seu campo de militância, como o Teatro Experimental do Negro e a Associação José do Patrocínio, mas também colaboradores atuantes dentro de movimentos partidários. Aqui é importante indicar que a pesquisa de Edilza Sotero (2015) identificou, através de uma série de documentos do acervo da polícia política do Estado Novo, a articulação de Luiz Lobato e Sofia Campos na formação do Partido Socialista Brasileiro, dois jornalistas colaboradores do círculo de comunicadores negros.

Tais divergências advindas da participação de negros em movimentos partidários existentes entre os três grupos de comunicadores da imprensa negra em São Paulo durante os anos de 1945 a 1948 já estavam presentes entre os círculos negros de associações e entidades⁴³ na cidade nas décadas anteriores. Assim, ao longo das primeiras décadas do século XX, e sobretudo a partir de 1926, quando foi fundado o Centro Cívico Palmares, diversas correntes passaram a demarcar seus espaços de atuação nos movimentos negros.

O Centro Cívico Palmares reuniu pessoas com diversas práticas de intervenção social, diferentes perspectivas de atuação e formação política, como nos aponta José Carlos Gomes Silva (2008). A crítica e a denúncia do racismo, as perspectivas relativas à compreensão da raça como uma determinação socialmente construída e da nacionalidade fraturada são aspectos que foram incorporados ou desconsiderados conforme as estratégias de intervenção daqueles associados e comunicadores.

Após a queda das oligarquias paulistas em 1930, em decorrência da ascensão de Vargas como presidente, uma crise entre os setores da burguesia brasileira formou-se em conjunto com a atuação crescente dos movimentos sociais no Brasil. Nessa conjuntura, destaca-se também que a ideia de formar um partido político

⁴³ Conforme a historiografia produzida sobre as representações políticas negras elaboradas e praticadas ao longo da primeira metade do século passado na cidade de São Paulo, percebe-se a configuração de centros culturais e recreativos negros distintos da dinâmica das irmandades religiosas. Como citado no primeiro capítulo, foi a partir da década de 1920 que essas entidades ganharam mais estrutura e passaram a expandir suas atividades voltadas para a formação de jovens e adultos negros para o acréscimo desses no mercado de trabalho, elaboração de festividades, atividades artísticas e constituição de seus jornais e revistas.

composto por mulheres e homens negros se propagava no “meio negro”. Como aponta Edilza Sotero (2015), o Palmares foi um espaço importante para a unificação de discussões, entre 1926 e 1929, que viriam a dar corpo à Frente Negra Brasileira em 1931, especialmente diante do desejo de formalização de candidaturas negras para eleições futuras que tensionassem o racismo dentro do sistema político. Alguns jornalistas que viriam a escrever nos três periódicos eram frequentadores do Centro Cívico Palmares, e ali já integravam correntes de pensamento divergentes quanto à inserção do negro no sistema político-partidário.

Conforme as experiências do Centro Cívico Palmares e da Frente Negra Brasileira foram estabelecidas, grupos do “meio negro” que depois se aglutinariam em torno do jornal *Alvorada* propuseram centrar a atuação e a defesa dos direitos dos negros através das atividades e das intervenções das associações⁴⁴, enquanto outros grupos, como aqueles compostos pela revista *Senzala* e pelo jornal *O Novo Horizonte*, apresentaram interesse em manter a incursão partidária em conjunto com o associativismo, sendo possível observar a atuação político-partidária de alguns de seus articuladores e dos próprios periódicos ao reproduzir o manifesto endereçado ao Congresso Nacional. Essa diferença de posição iniciada naquele contexto se manteria até o fim do Estado Novo, durante o restabelecimento das atividades dos grupos que atuaram nos veículos negros publicados a partir de 1945.⁴⁵

Nesse período entre 1931 e 1945, dois aspectos foram fundamentais para a configuração das lutas e demandas propostas pelos intelectuais militantes e comunicadores negros que repercutiriam na atuação desses grupos. Sobre o primeiro, em 1931, durante a formação da Frente Negra Brasileira, um atrito ocorreu entre os irmãos Veiga, adeptos do patrianovismo, um movimento monarquista com abordagem nacionalista organizado e idealizado por Arlindo dos Santos Veiga, ex-presidente da Frente Negra. O distanciamento se deu, em verdade, não exatamente por causa das

⁴⁴ Observa-se que, embora o *Alvorada* não tenha publicado artigos sobre eventos e congressos associativos que debateram acerca do negro e sua representação político-partidária no Brasil, articulistas como Sofia Campos e Luiz Lobato constaram na lista de colaboradores do periódico, sendo que apenas Lobato assinou texto colaborativo com o jornal dirigido por Correia Leite, Fernando Góis e Raul Amaral. Ademais, o *Alvorada* divulgava as atividades promovidas por outros dois grupos, o Teatro Experimental do Negro e a Associação José do Patrocínio, bem como contribuía para a divulgação da revista *Senzala* e do jornal *O Novo Horizonte*.

⁴⁵ Edilza Sotero (2015) aponta em sua tese de doutorado a continuidade de reuniões clandestinas entre pessoas que frequentavam antigos espaços associativos e de debates durante o Estado Novo. Segundo suas memórias compartilhadas com Cuti (1992), Correia Leite e alguns de seus colegas, como Luiz Lobato, fizeram parte de um grupo clandestino chamado Jabaquara.

elaborações em torno das disputas por memória, mas devido ao modo como elas foram colocadas em prática. Em meio ao fortalecimento do associativismo mediante a formulação de uma rede de comunicadores entre o teatro, o magistério e o jornalismo negro independentes, alguns dissidentes da Frente Negra Brasileira passaram a abordar outras representações e problematizações destoantes do patrianovismo presente em parte da cúpula frentenegrina durante os anos 1930, como a crença no presidencialismo para melhoramento da vida do negro antes das eleições gerais de 1945. Desse modo, o debate sobre memória pautava-se pelo negro como formador da nacionalidade brasileira desde o escravismo, com atenção aos abolicionistas, aos trabalhadores braçais, ao malungo e à mãe negra.

Nesse íterim, vale observar que a ausência de citações a campanhas eleitorais de pessoas que circulavam nos movimentos negros não significa que esses sujeitos atuantes nas associações e nos periódicos não estivessem entre os candidatos a cargos legislativos, como ocorreu com Francisco Lucrécio e Sofia Campos, o que nos ajuda a compreender a constituição de redes de comunicadores negros em meio às suas divergências. É importante lembrar que, no processo eleitoral para deputado estadual de 19 de janeiro de 1947, o grupo do *Alvorada* apoiou Francisco (SOTERO, 2015), ex-presidente da FNB, enquanto outros colaboradores, especialmente aqueles ligados aos membros do Teatro Experimental do Negro em São Paulo e no Rio de Janeiro, tais como Luiz Lobato e Sofia Campos, dedicaram-se a outras candidaturas, sobretudo à de Sofia pelo PSB.

Em meados dos anos 1940, outro fator de divergência teria sido o crescente e cada vez mais discutido ingresso de negros nas instituições públicas, privadas e na política partidária, em vista do retorno das eleições diretas no país, que ocorreriam em janeiro de 1947. Em concomitância, uma discussão sobre a memória nacional diante da realidade racista do cotidiano brasileiro se estabelecia dentro e fora dos jornais e das revistas.

CAPÍTULO III - DISPUTAS POR MEMÓRIA SOB OLHAR DOS ESCRITORES NEGROS



Figura 10 - Edição de maio de 1946 do jornal *Alvorada*.

Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

A lembrança da escravidão se fazia presente nos periódicos negros paulistanos. As formas de privação forçada impostas aos africanos e seus descendentes eram denunciadas pelos jornalistas colaboradores negros, ao mesmo tempo que se formulavam perspectivas de revisão e rediscussão da memória coletiva hegemônica sobre a formação e constituição socioeconômica do Brasil.

O 13 de Maio e o 28 de Setembro, esse último em referência ao dia da mãe negra, eram datas marcadas por atividades comemorativas entre as organizações e associações e os escritores dos jornais e revistas negros em São Paulo. Por ocasião dessas datas especiais, através da realização de congressos, palestras, saraus, bailes e apresentação de bandas, tornava-se possível constituir relações e manter afetos em meio ao cotidiano acelerado da cidade. Tais datas comemorativas ensejavam a edição de números especiais dos jornais *O Novo Horizonte* e *Alvorada*, que as tomavam como eixos temáticos e, geralmente, ampliavam o número de páginas publicadas – enquanto as edições dos demais meses do ano apresentavam quatro páginas, as edições de maio e setembro chegaram a publicar de seis a oito páginas.

Assim, os jornais e a revista *Senzala* articularam-se, em suas redações, em disputas pela memória e, seguidamente, abordaram questões sobre a representação do processo de abolição e dos abolicionistas e também sobre a figura da mãe negra. Os dois jornais, que continuaram as suas publicações nos anos seguintes a 1945, produziram edições especiais em maio e setembro, meses em que ocorriam homenagens ao movimento abolicionista e à mulher negra escravizada, respectivamente. Dessa forma, constituía-se parte da dinâmica da editoração dos dois jornais. O *Alvorada*, inclusive, havia sido publicado pela primeira vez em setembro de 1945 e o *Novo Horizonte*, em maio de 1946, datas previamente pensadas pelos organizadores dos periódicos para suas primeiras publicações.

A primeira edição de *O Novo Horizonte* do ano seguinte, 1947, foi publicada também em maio, pelos organizadores Aguinaldo Camargo, Aristides Barbosa e Ovídio dos Santos, configurando maio como mês inicial do ano editorial do jornal em seus dois primeiros anos. Tanto o *Alvorada* como *O Novo Horizonte* apresentaram edições especiais em referência ao 28 de setembro – o primeiro jornal, em 1946, com oito páginas, o dobro das tiragens mensais comuns, enquanto o periódico de Aguinaldo e demais colaboradores lançou sua edição especial somente em 1954⁴⁶, inserindo na abordagem editorial os movimentos por abolição e direitos aos negros

⁴⁶ Ambos os jornais apresentaram um número parecido de tiragens ao longo de suas trajetórias. O *Novo Horizonte* realizou 25 tiragens entre 1946 e 1954, enquanto o *Alvorada*, 24 entre 1945 e 1948. Vale ressaltar que os dois jornais tiveram publicações entre os anos de 1946 e 1947, período que concentra 13 tiragens de *O Novo Horizonte* e 23 edições do órgão dirigido por Correia Leite.

durante os períodos colonial e imperial. Referências à resistência dos escravizados e às lutas dos abolicionistas estiveram presentes em praticamente todas as edições dos periódicos, refutando a passividade historicamente atribuída aos negros, ideia ainda presente na realidade brasileira.

Temáticas como o associativismo em movimento social e a consciência crítica acerca da produção de memórias da resistência dos escravizados e dos negros libertos estiveram presentes nessas edições comemorativas, mas também em outras edições dos jornais, assim como nos números da revista *Senzala*. Poetas, advogados e comunicadores negros abolicionistas foram algumas das referências pensadas pelos articulistas, assim como os quilombos e os escravizados dentro das senzalas.

Assim, efemérides, memórias e representações históricas como a mãe negra e o 28 de setembro, o 13 de maio e a abolição sob a perspectiva dos escravizados e libertos abolicionistas foram transmitidas aos leitores não somente com artigos responsáveis por compor as páginas dos periódicos, mas também através de imagens, provérbios, contos e poemas. Assim, seções e quadros literários foram utilizados para ampliar a compreensão das ideias trazidas pelos veículos, incentivando o leitor a uma conscientização histórica sobre o negro brasileiro, assim como ocorria nos discursos comemorativos proferidos pela região central da cidade de São Paulo.

Segundo o historiador Petrônio Domingues (2020), a poesia esteve presente na formação dos jornais paulistas desde a circulação de *O Menelik*, em 1915, estabelecendo-se como instrumento de (re)construção identitária e conscientização racial. Petrônio aponta a produção literária afro-brasileira e editorial pautada pela politização da memória pública de pessoas do segmento social de José do Patrocínio, Luiz Gama, Cruz e Souza, Castro Alves e André Rebouças entre os periódicos negros de São Paulo desde os anos 1920, especialmente a partir da circulação do *Getulino*, em Campinas, e d'O *Clarim d'Alvorada*, em São Paulo. Segundo o autor, a trajetória de destaque na carreira editorial desses abolicionistas incentivou alguns dos literatos ativos na produção impressa negra em São Paulo dos anos 1920.⁴⁷ Na narrativa poética, as imagens propostas pela poesia de Castro Alves ganham destaque.

⁴⁷ Alguns literatos advindos da rede de escritores e oradores negros dos anos 1920, tais como Lino Guedes e Fernando Góis, mantiveram-se ativos na imprensa negra ao término do Estado Novo, em conjunto com outros jornalistas colaboradores, como Correia Leite e Gervásio de Moraes, dando sequência às suas diretrizes. Muitos desses comunicadores participavam de comícios e discursos em

O poeta e as gerações de abolicionistas são citados como referências centrais para as novas gerações de militantes e escritores. Castro Alves é fonte de inspiração para uma discursividade por meio da qual o negro emerge como sujeito de suas ações e concepções. Nos relatos, construções e descrições do passado, sobretudo no que diz respeito à transição da Monarquia para a República, em que os abolicionistas surgem como referências memoriais fundamentais.⁴⁸

Na dinâmica dos movimentos negros dos anos 1940, a memória dos antepassados que estiveram sob intenso controle social do escravismo servia de força motivadora e comunicativa cada vez mais centralizada, levando à apropriação e ressignificação daquele passado no presente. Como metodologia de análise, e compreendendo-se a memória como campo de estudo histórico, Michael Pollak (1992) nos ajuda a inferir alguns dos eixos temáticos sobre o passado que constituíram o tom de protesto dos negros naquele momento. Segundo Michael:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.

Desde o final de 1946 identifica-se um progressivo desgaste na avaliação do governo de Eurico Gaspar Dutra, tido até mesmo como uma ditadura fascista na percepção de um dos editoriais. A crescente desaprovação do governo após um período de tensionamento social como fora o ano de 1945, a recusa do Congresso Nacional em aceitar na Constituinte as propostas do Manifesto à Nação e a percepção da manutenção do sistema segregacionista da ideologia racial no Brasil convergiram para uma perspectiva sobre o processo histórico em que a disputa por memória se

homenagem à mãe negra e aos abolicionistas ao longo da primeira metade do século XX, demarcando sua presença na cidade através da memória e da oralidade.

⁴⁸ Os textos de Castro Alves e a estética narrativa simbolista do autor passaram a ser mais divulgados e instrumentalizados como estratégias de comunicação a partir da década de 1940, conforme aponta Oswaldo de Camargo em sua pesquisa sobre Lino Guedes (2016). O poeta Lino Guedes, filho de ex-escravizados, havia escrito em 1926 uma coletânea de versos intitulada *O Canto do Cysne Preto*, uma referência ao Cisne Negro, alcunha de Castro Alves. Segundo aponta Petrônio Domingues (2010), Lino Guedes foi um dos expoentes da “negritude” no Brasil, movimento poético e estético ocorrido durante os movimentos panafricanistas dos anos 1940, bastante expressado também dentro dos círculos literários, teatrais e redes de jornalistas associados ao Teatro Experimental do Negro em São Paulo e no Rio de Janeiro.

estabelecia como estratégia de acesso à cidadania, essa constituída ao longo da formação da nacionalidade brasileira sob a égide de um mecanismo de ruptura das culturas africanas e afro-brasileiras ao longo do século XX. (MUNANGA, 2004)

3.1. VISÃO DO 13 DE MAIO E O SIGNIFICADO DA LEI ÁUREA: DÁDIVA OU CONQUISTA?

A imagem que inicia este capítulo é da primeira página da edição comemorativa relativa ao 13 de maio do jornal *Alvorada*, publicada em seis páginas, com artigos, poemas e pequenas notícias voltados para uma reflexão sobre a data, a atuação dos abolicionistas e o abandono gerado pela políticas imigrantistas.

A forte imagem, que mostra um homem rompendo as correntes, mais ainda preso a elas, trazendo uma legenda dirigida aos negros do Brasil ao afirmar “Só unidos e organizados poderemos lutar para rompermos os grilhões do preconceito e pelo reajuste de nossa melhor condição econômica”, parece justificar o título da matéria, que naquele 13 de maio clamava por uma nova abolição. No artigo que se segue à ilustração, José Correia Leite indica que, transcorridos 58 anos do 13 de maio de 1888, os movimentos negros haviam “continuado a trilha da grande cruzada” do movimento abolicionista. Segundo ele, a data é de comemoração e homenagem, mas também de renovação da luta por direitos sociais:

Nesta grande data, símbolo de uma esplêndida vocação sentimental revelada fibra a fibra na imperecível jornada de confraternização aqui fica nossa homenagem como tributo da raça resgatada aos lutadores do passado. E concitamos os negros hodiernos a prosseguirem na luta pela nossa aproximação. Na luta redentora de uma melhor compreensão do nosso destino. Na luta por melhor condição econômica, pelo livro, pela pena e por esta nova abolição. (ALVORADA, mai. 1946)

No artigo, pautado pela lembrança da “consciência de luta” de José do Patrocínio, abolicionista bastante rememorado pelos periódicos para a reafirmação do sentimento de pertencimento e da luta por direitos e pela “reeducação” do brasileiro, compreende-se a consolidação da necessidade de igualdade nas relações sociais sob

a égide da referida nova abolição, uma nova jornada diante do racismo, que se via fortalecido em decorrência do abandono das populações pobres pelo Estado brasileiro. Nesse caminho, afirma-se o questionamento da memória oficial⁴⁹ e a reivindicação por outras memórias das lutas pela abolição para afirmar direitos dos negros, sobretudo nos sistemas educacionais e no acesso à renda.

Dessa forma, salienta-se que as barreiras encontradas pelos negros nos postos de trabalho em meio ao sistema político durante o centenário do nascimento da Princesa Isabel foram apontadas por Aristides Negreiros em artigo escrito para a edição especial de setembro de 1946 do *Alvorada*, que abordava ainda o esquecimento constitutivo da formação da memória nacional, questão inegociável para as classes dirigentes:

Festejou a 29 de julho o Centenário do Nascimento da Princesa Isabel. Cantaram-se em prosa e versos a grandiosidade de sua figura, cometendo-se assim o grande erro de só ressaltarem a magnanimidade de seu coração... ainda há a memória da Redentora.

Erraram os homens da imprensa porque esqueceram também de relembrares as campanhas memoráveis de explanações e de civismo, combate aberto ao cativeiro de Negros no Brasil, nas quais tomaram partes salientes os vultos heroicos de José do Patrocínio, Luiz Gama, João Alfredo, Joaquim Nabuco etc. Portanto, a meu ver, a libertação dos nossos irmãos de raça com a assinatura pela Princesa Isabel da Lei Aurea, a 13 de maio de 1888, não foi uma dádiva do Trôno Imperiam, mas foi antes uma grande vitória do povo, pois a Princesa Isabel, com a evolução do grande movimento de libertação nacional, tinha já o seu império periclitante.

E, a partir desse esquecimento, segue questionando os limites da democracia no país e os obstáculos enfrentados pelos negros na sociedade brasileira naquele presente:

[...] Democracia! Que democracia é esta que não permite aos elementos negros ingressarem na carreira diplomática? Note bem "Nem que estes patricios possuam cursos especializados em Direito, Letras, Economia, Sociologia etc. Que democracia é esta? Uma democracia igual à dos Estados Unidos, que permitiram ainda recentemente o criminoso linchamento de

⁴⁹ Soma-se a isso a proibição de eventos comemorativos e demais formas de expressão referentes ao 13 de maio durante a censura do Estado Novo.

quatro jovens negros em Merról na Georgia? Democracia pobre, tola, politicamente falando.
É por isso, meus irmãos de raça, urge que façamos a nossa democracia. Democracia do negro, pela conquista do nosso novo 13 de Maio. (ALVORADA, set. 1946)

No texto, embora se exalte a figura da princesa, ressaltando a “magnitude” da monarca, propõe-se uma leitura a contrapelo ao direcionar a abolição à “vitória do povo”, e não ao “Trôno Imperiam”. Nele a ideia de um movimento coordenado institucionalmente por uma maioria branca de pessoas, sob apoio régio da Princesa Isabel, traz uma percepção de desconfiança quanto aos reais interesses das classes políticas e das oligarquias da economia brasileira, bastante centrada na exportação de *comodities*, questionando-se a memória oficial e atribuindo ao negro, assim, o protagonismo de sua história.

Dessa forma, a argumentação de Aristides Negreiros contribui para a comunicação de uma perspectiva histórica não hegemônica, sendo a abolição pensada como conquista social e abolicionista contra as forças do império, forças essas vistas como atrasadas, conforme aponta parte significativa dos editoriais. Assim, sob perspectiva histórica que se opõe à oficial, propõe uma direção de luta social que tenha como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações negras, proposta defendida desde a década de 1920 pelos intelectuais militantes da imprensa negra da capital e do interior paulista.

A imagem exibida a seguir se refere à primeira página da edição de maio de 1947 do *Alvorada* e chama atenção por sua composição gráfica:

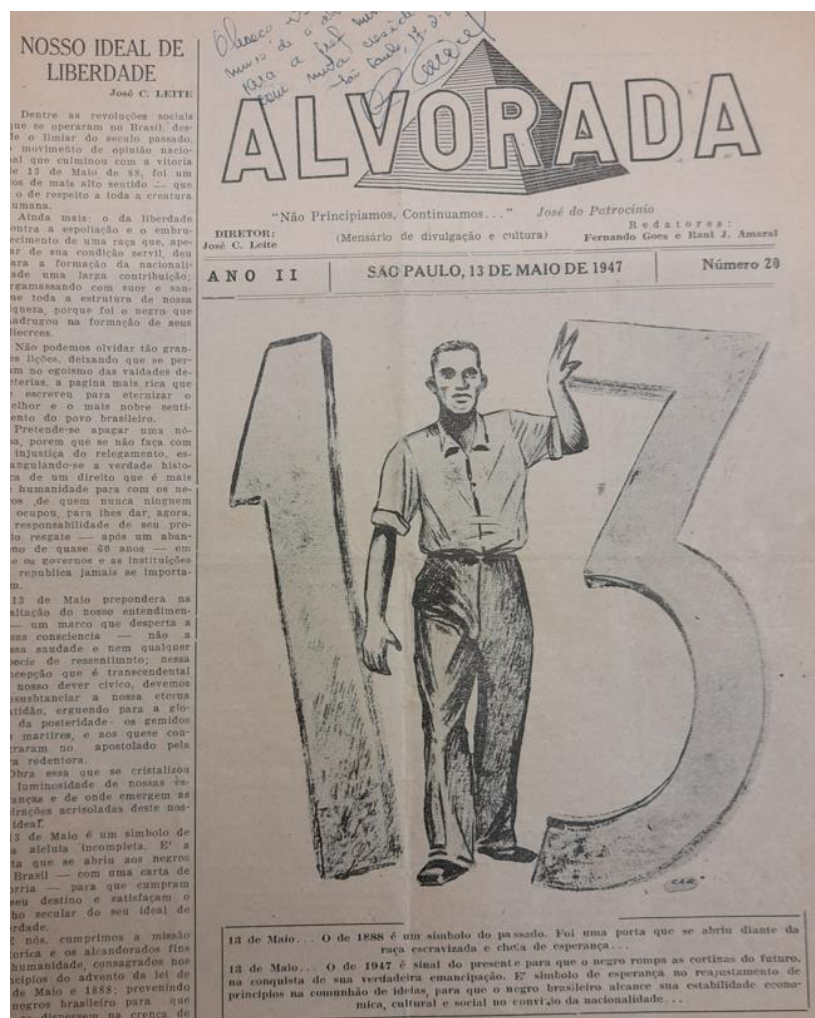


Figura 11 - *Alvorada* em seu segundo ano de circulação, maio de 1947.

Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

Numa primeira dimensão, observa-se a sugestiva mudança na composição do título do jornal. No cabeçalho vemos uma pirâmide alocada no fundo do título do periódico, possivelmente em referência às pirâmides construídas no continente africano e a uma África mística. Essa mudança na composição gráfica na parte superior do jornal a partir da edição de novembro de 1947 proporciona uma leitura diaspórica sobre o projeto editorial e gráfico do jornal *Alvorada*. Ademais, abaixo do cabeçalho há um subtítulo com um excerto de texto atribuído a José do Patrocínio, que diz “Não principiamos, continuamos”, dando sentido à ideia de continuidade do racismo vigente no Brasil e sua demandada combatividade.

Uma segunda dimensão a destacar diz respeito à própria imagem do homem negro naquele 13 de maio apresentada como uma grande ilustração da capa daquela

edição especial. Nela, o homem negro liberto do 13 de maio daquele presente é representado como um trabalhador urbano contemporâneo, que clama por sua inserção qualificada na expansão industrial nas capitais brasileiras, já que na avaliação desses militantes esse mercado de trabalho mantinha a discriminação e continuava a praticar relações de trabalho desiguais e marcadas pelo subemprego. A imagem é acompanhada por um pequeno texto que complementa essas primeiras informações visuais. Remete também à libertação do trabalhador negro.

13 de Maio... O de 1888 é um símbolo do passado. Foi uma porta que se abriu diante da raça escravizada e cheia de esperança... 13 de Maio... O de 1947 é sinal do presente e para que o negro rompa as cortinas do futuro, a conquista de sua verdadeira emancipação. É símbolo de esperança no reajustamento de princípios na comunhão de ideias, para que o negro brasileiro alcance sua estabilidade econômica, cultural e social no convívio da nacionalidade... (ALVORADA, set. 1947)

Na primeira página da edição, o editorial do *Alvorada* discorre sobre o 13 de maio como uma representação do movimento pela abolição aglutinador de diretrizes de autodeterminação, através das “ideias” compartilhadas pelos afro-brasileiros, diante de um presente que impunha novos desafios, especialmente na disputa pelo acesso a emprego formal alicerçado por uma formação subsidiada por políticas públicas.

Na mesma linha, um artigo sem assinatura publicado na edição especial de 13 de maio de 1948 do *Alvorada* traz uma discussão sobre a formação da identidade nacional brasileira e o papel histórico do negro na constituição da nação. No trecho do texto “*13 de Maio e a nossa condição social*”, o *Alvorada* discorre sobre a temática da “refundação” da nacionalidade brasileira, ou seja, a reivindicação dos direitos civis às populações negras. Nessa reflexão sobre o processo de formação da nacionalidade, evidencia-se uma preocupação com a memória oficial constituída e seu processo de manipulação na formação da República:

Não adiantou nada incinerar a vasta documentação para esconder da posteridade todos os atos responsáveis de crimes e opróbios praticados contra uma raça que alicerçou a base de nossa riqueza e ajudou na formação da nossa nacionalidade. [...] E o panorama que se descortina, na atualidade – nem pelas

aparências – esconde a totalidade do determinismo histórico, oriundo do abandono e da desumana maneira como se entendeu e se ufanou ter resolvido o problema do negro; Isto é da sua integração no convívio da nacionalidade. (ALVORADA, mai. 1948)

A destruição dos documentos, denunciada como um projeto de esquecimento e apagamento das atrocidades perpetradas pelo escravismo, aponta para uma nova demanda por revisão de memória. Na avaliação dos movimentos negros, essa conjuntura é marcada pela firmação de representações e símbolos nacionais que omitiram as violências do passado escravista. Para o editorial do *Alvorada*, os processos históricos subsequentes à abolição embasaram-se em um determinismo científico, responsável por dar margem à constituição de políticas racistas dentro e fora do Brasil, acarretando uma série de políticas eugenistas.

O esquecimento sobre a abolição e o abolicionismo desde 1888 e a tensa formação do Estado brasileiro sob a perspectiva dos jornalistas colaboradores nos fazem perceber a formação de eixos temáticos de seus textos que condicionam a luta por reformas no sistema educacional brasileiro e pela chamada “reeducação” dos brasileiros sobre seu presente e seu passado, sobre as rupturas perpetradas pelo colonialismo e a realidade presente dos sujeitos históricos atuantes dentro dos periódicos.

Na mesma edição especial de maio de 1948, o *Alvorada* expressa a seguinte ideia sobre as articulações a respeito dos movimentos por direitos civis na composição dos ativistas negros em São Paulo:

Luta pelo encontro de si mesmo na órbita de nossa comunhão de ideia e sociais, pelo aproveitamento de nossos valores dispersos e pela estruturação de nossa base econômica. (EDITORIAL DO JORNAL ALVORADA, mai. 1948)

A concepção a respeito do “aproveitamento dos valores dispersos” significava produzir uma narrativa em torno das memórias coletivas negras, revisitando os movimentos abolicionistas, a condição da mulher negra durante o escravismo e nos processos históricos posteriores, em conjunto com símbolos nacionais como a proclamação da república e a independência do Brasil, proporcionando assim a

constituição de uma rede de apoio, de articulação comunitária e militância entre membros das associações, periódicos e demais espaços relacionados. O “encontro de si” implica o autoconhecimento diante do passado desses sujeitos.

Para além da reflexão sobre os significados do 13 de maio e da abolição, verifica-se que tanto essa primeira edição comemorativa como as dos anos seguintes estão repletas de referências aos abolicionistas e aos eventos organizados pelos movimentos negros a cada ano. Assim, temos notícias informando que os movimentos negros da capital paulista realizaram, na semana da data, desde missas, caminhadas e encontros junto ao busto de Luiz Gama no Largo do Arouche, além de bailes nos diversos salões da cidade, até partidas de futebol.

Nesse conjunto de referenciais históricos, a vivência de Luiz Gama como advogado autodidata proeminente na libertação dos negros e como poeta expressivo da inquietude do negro durante o escravismo impulsionava uma motivação combativa, transmitida ao leitor e à comunidade negra já no primeiro editorial d’*O Novo Horizonte*, em sua edição inaugural, publicada em maio de 1946, promovendo o sentimento e práticas seculares de resistência às opressões.

Ao chegar da Bahia para o hediondo mercado humano de Campinas, após ser recusado por um fazendeiro paulista que logo leu o seu semblante e conheceu a sua modalidade, foi comprado por um outro, mineiro, para que o menino baiano ficasse como servo do seu filho, que então era estudante da Faculdade de Direito de São Paulo. Foi daí que adveio a oportunidade para que Luís Gama reunisse a sua pertinácia e a sua intransigência à boa vontade e fizesse uma trindade de virtudes capaz de guindá-lo muitas vezes acima da mísera escravidão. Foi assim que a campanha abolicionista pôde ganhar um lutador negro, advogado e poeta. Como advogado, não se esquecia um só instante a causa do negro. Como poeta, eram exatamente o sofrimento e a humildade dos elementos de sua raça, a fonte de suas aspirações.

Foi nessa incessante pugna, justamente quando impulsionava a massa negra a homiziar-se no quilombo do Jabaquara, justamente quando se comunicava estreitamente com Patrocínio, Nabuco e outros grandes valores da campanha que se desenvolvia em todo o Brasil, que a morte veio tolher-lhe a existência, sendo sua obra prosseguida pelo sincero batalhador Antônio Bento. (EDITORIAL DO JORNAL O NOVO HORIZONTE, mai. 1946)

Gama recebia homenagens anuais em memória à sua vida, desde romarias a festividades, assim como outros abolicionistas. A combatividade no meio jurídico para a proteção de negros escravizados e libertos era uma forma de ressignificar a história de vida do afrodescendente e, sobretudo, impulsionar um movimento por intervenção nos meios institucionais.

Dessa maneira, o 13 de maio é seguidamente indicado como uma data a ser revisitada para a afirmação da segunda abolição em ambos os jornais, mesmo que o editorial d'O *Novo Horizonte* não usasse o termo tal como o *Alvorada*.

Em artigo escrito por Aristides Barbosa na edição de maio de 1947 d'O *Novo Horizonte*, podemos depreender uma reflexão sobre aqueles anos 1940 sob um olhar para o passado proposto pelo articulista:

A divisão do tempo, pelo homem a-fim-de regulamentar seu sistema de vida deram origem ao dia e à noite. Chamou-se dia a fase em que o sol faz-se notar num ponto qualquer da terra e noite o período em que ele se ausente. Ninguém ignora que a grande maioria dos seres vivos especialmente os seres animais, manifestam-se mais livremente durante o dia do que à noite. De dia, em tudo existe exuberante vivacidade e completa alegria. As noites, porém, oferecem um espetáculo completamente diferente. Faz ela cessar a livre locomoção dessa grande maioria de seres que mourejam durante o dia, e, por meio do autoritarismo do "Morfeu", faz com que tudo se silencie e se proste em profundo sono. A noite imprime, geralmente, apavorante impressão no espírito humano. [...] O dia e a noite são, portanto, ótimos termos de comparação entre a liberdade e a escravidão. Ser livre na vida, é estar capacitado para respirar os ares puros de uma manhã de sol. É ter a vontade desimpedida para locomover-se à profusão de uma verdadeira claridade, é, enfim, ter o espírito desassombrado de tantos fantasmas que as superstições humanas criaram para inquietá-lo nas noites velhas. [...] (ARISTIDES BARBOSA EM O NOVO HORIZONTE, mai. 1947)

Da abordagem de Aristides emerge um Brasil pós-colonial em que os desapontamentos configuravam novas perspectivas e novas adversidades, apresentando-se na escrita através de metáforas sobre a noite, que simboliza a permanência do autoritarismo e do controle sobre a liberdade do indivíduo. A metáfora da noite ganha sentido diante do título "Noites seculares", depreendendo-se o 13 de maio como uma (re)apresentação diante do presente através desse pequeno ensaio,

tomando a data como uma oportunidade para o leitor refletir sobre as demandas, necessidades e anseios dos grupos marginalizados sob uma perspectiva histórica e poetizada.

Na parte seguinte do texto, Aristides Barbosa prossegue sua narrativa poética e sugere que a noite simboliza uma situação histórica ainda vigente que, apesar dos sonhos abolicionistas, continua a reproduzir a situação de desigualdade e opressão dos negros desde o Brasil colonial:

É noite ainda para nós os negros brasileiros, depois dos dourados sonhos de Zumbi, depois dos sonhos dos quilombos de Leblon e do Jabaquara e depois, sobretudo, daquele magno sonho em que todos vimos uma princesa quasi apossada por uma enorme campanha de homens brancos e dois grandes negros, tomar da pena e assinar uma lei abolindo a escravidão. Eis que aos poucos vamos nos deparando e percebendo que é noite ainda.

Quantas associações, quantos nobres empreendimentos alimentados de ótimas intenções, e visando elevado objetivo têm perecido enquanto essa terrível noite continua! ... (O NOVO HORIZONTE, mai. 1947)

A constituição da ideia de emancipação econômica do negro era pensada dentro do *Alvorada* como um processo necessário de “redenção econômica”. Uma abordagem distinta dessa mesma questão era apresentada por alguns articulistas d’*O Novo Horizonte* e da *Senzala*, como Luíz Lobato e Sofia Campos, pautados por uma instrumentação marxista. Ambos apresentam a condição econômica dos homens livres como sendo a de um novo tipo de escravizados, assalariados sujeitos à exploração econômica, indicando que a abolição modificava a luta de classes, exigindo nova articulação de ideias e práticas sociais dos movimentos negros.

Como vemos a abolição foi uma das atenções às exigências inelutáveis de um imperativo econômico do país, constatados com a Proclamação da República após um ano.

Libertados os escravos, foi instituído o trabalho livre e remunerado, crescendo rapidamente as atividades produtoras. Empenharam-se então os senhores feudais em organizar novos métodos econômicos, construindo um novo tipo de escravo no Brasil! – o assalariado. Nesta nova classe, estavam e estão até aos nossos dias, lutando por um melhor padrão de vida, homens e mulheres brancos e negros. E assim, decorridos várias dezenas de anos, ainda assistimos o desfile significativo dos

homens dos campos, das fábricas e outras inúmeras ocupações, trabalhadores que lutaram para obter roupa e alimento em troca de péssima remuneração, incluindo o trabalho das mulheres que também lutam. (SOFIA CAMPOS EM O NOVO HORIZONTE, ago. 1947)

Observa-se a preocupação de Sofia em trazer análises históricas para seus leitores depreenderem e refletirem sobre seu tempo presente. Denuncia o projeto de esquecimento em curso na transição dos sistemas políticos, em uma temporalidade que passou pelo escravismo, Primeira República, Estado Novo e o chamado processo de redemocratização após 1945, período de acelerado apagamento do negro e dos indígenas como sujeitos históricos no país (SANTOS, 2017).

Em outra matéria assinada por Sofia Campos em uma edição comemorativa ao dia da mãe negra, em setembro de 1947, a autora indica a centralidade do poder régio na escravatura na memória coletiva e nacional, pontuando uma revisão de memória oficial proposta pelas populações negras:

São decorridos 76 anos da promulgação da lei do Ventre Livre. Esta lei, que não é nenhuma originalidade do trono brasileiro, bem demonstra a maneira retardatária com que nossos homens de governo pretendiam ir fazendo as reformas sociais. (ALVORADA, set. 1947)

No texto, fica evidente a preocupação dos ativistas negros, sobretudo de Sofia, em trazer os movimentos pela liberdade dos escravizados como formas de resistência e proposição de alterações nas dinâmicas sociais protagonizadas pelas populações negras. A articulista redireciona, como jornalista colaboradora e intelectual orgânica, uma discussão sobre o sentimento de uso econômico e político da abolição pelas classes dominantes, em sua grande parcela irredutíveis à transição da mão de obra escravizada para o trabalho assalariado. Assim, a militante já destaca aspecto importante para a formação da identidade política e racial dos movimentos sociais negros posteriores, como podemos observar nos trabalhos de base do MNU (Movimento Negro Unificado) e nas discussões atuais sobre o Brasil colonial e o colonialismo tardio.

Anteriormente, Alvaro de Campos apontou, em artigo intitulado “Ontem e hoje”, de setembro de 1946, outra perspectiva histórica quanto ao passado que, no entanto, também é marcada pela reivindicação de melhoria das condições de vida das populações negras, compartilhadas por todos os jornalistas colaboradores dos periódicos, através da ideia de “culturação”. Segundo Campos, as novas classes dirigentes que emergiram durante o processo de formação da república brasileira estavam interessadas em condicionar o Estado a seus intentos econômicos, substituindo a aristocracia e conservando a prática do racismo em todas as relações. Paralelamente, o jornalista salienta a ausência de comunicadores negros na literatura, nos jornais, em grandes movimentos sociais e políticos daqueles anos 1940. Nessa direção, o articulista discorreu sobre o letramento:

[...] antigamente, vivíamos num regime monárquico, contando, portanto, com os entraves da aristocracia; estamos num Brasil quase inteiramente analfabeto e em que os meios de culturação eram, presumivelmente, escassíssimos [...] que é dos tribunos negros? Onde os jornalistas e poetas pretos? Apontem-se os filhos ou descendentes de escravos⁵⁰, salientando, na tribuna ou na pena, nos grandes movimentos políticos e sociais, no Brasil? (ALVARO DE CAMPOS EM ALVORADA, set. 1947)⁵¹

A segregação espacial e social do negro no Brasil, em vista da desigualdade de emprego e renda, especialmente entre os grupos letrados, colocava-se como um dos fatores condicionantes para a chamada “arregimentação do negro”.

Nessa conjuntura racista, a revisão sobre as imagens e os sentidos da atuação de sujeitos históricos negros do passado constituía as práticas e os discursos dos movimentos sociais negros pela educação nos anos 1940, que se tornavam visíveis em propostas como a de revisão do material de ensino enviado às escolas. Em meio à crescente preocupação com a capacidade do Estado de Direito em dar seguridade às populações negras após a Segunda Guerra Mundial, fundamentando

⁵⁰ O termo “escravo” passou a ser substituído por “escravizado”, visto que os africanos e descendentes foram condicionados ao trabalho forçado e à desarticulação de parte significativa de suas culturas, línguas, comemorações e demais hábitos.

⁵¹ Alvaro Campos, em contrapartida, apresentava uma análise diferente da abordagem proposta por outros articulistas, como Sofia Campos, abarcando outros sentidos para a discussão sobre memória coletiva negra e suas representações diante dos ativistas sociais aqui pesquisados. Segundo o autor, “a transição político-constitucional do Império para a República contou com homens de envergadura de Campos Sales, Rangel Pestana, Rui Barbosa, que, ao contrário de se vexarem da aproximação de um negro de valor ou de inteligência promissora, os atraíam a seu grêmio, davam-lhe mão forte”.

uma comunicação crítica à memória oficial, aliada a representações sobre Luiz Gama, a mãe negra e sobre o 13 de Maio, essa era uma estratégia de intervenção social, partilhada por muitos dos membros da imprensa negra de São Paulo.

Alvaro Campos, em contrapartida, apresentava uma análise diferente das abordagens propostas por outros articulistas, como Sofia Campos, abarcando outros sentidos para a discussão sobre memória coletiva negra e suas representações. Segundo o autor:

A transição político-constitucional do Império para a República contou com homens de envergadura de Campos Sales, Rangel Pestana, Rui Barbosa que, ao contrário de se vexarem da aproximação de um negro de valor ou de inteligência promissora, os atraíam a seu grêmio, davam-lhe mão forte. (ALVORADA, set. 1947)

O trecho citado no periódico dirigido por Correia Leite trazia uma preocupação com a manutenção da democracia liberal e da república no Brasil, diante de seus interesses como jornalista colaborador e comunicador ativista, possibilitando a comparação e articulação da trajetória dos indivíduos atuantes nos jornais negros e suas prioridades no que tange à discussão sobre revisão de memória como prática de intervenção social.

A revista *Senzala*, como dito anteriormente, tem apenas duas edições disponíveis para serem analisadas, de janeiro e fevereiro de 1946, respectivamente. Seu editorial constituiu uma linha analítica pautada pela especificação e divulgação da ideia da raça brasileira e, em conjunto com outros periódicos, trouxe uma leitura sobre o pós-abolição como um processo cooptado pelas classes dirigentes para a manutenção das grandes propriedades rurais e do desemprego.

Havia, no entanto, outra interpretação sobre o império dentro da *Senzala*, trazida por Magalhães Junior, ao observar a circulação de negros em espaços frequentados por brancos no Brasil:

Sou a favor da melhoria das condições de vida do negro brasileiro, por dois motivos essenciais: primeiro, porque acho monstruosa a existência de qualquer preconceito de raça e acho que, no Brasil, o negro tem sido vítima de injustiças graves, fundamentadas apenas na diferença da cor; segundo, porque

entendo que se deve procurar elevar o nível de vida das nossas populações, em geral, e nos será impossível isso, desprezando o negro brasileiro, que representa parte considerável do nosso povo. Certos estabelecimentos de ensino, no Brasil, não permitem a matrícula de negros. Alguns hotéis granfinos não querem aceitá-los como hóspedes e os cassinos não permitem negros a seus mesas, para jantar e ver o “show”. [...] Por que adotamos atitudes como esta, quando a própria sociedade imperial era muito mais liberal, a ponto de ser o negro André Rebouças convidado habitual dos bailes do paço? (MAGALHÃES JUNIOR PARA A REVISTA SENZALA, fev. 1946)

Um aspecto que chama atenção nesse excerto é justamente a vinculação entre a memória e a conjuntura social em que os jornalistas colaboradores escreviam. Nesse caso, a denúncia das desigualdades de oportunidade, especialmente com relação às oportunidades educacionais e à discriminação do acesso a espaços privilegiados frequentados por pessoas brancas, permeia a argumentação sobre a persistência e até acirramento do racismo no Brasil republicano.

Analisando editorialmente esse excerto, nota-se que ele se encaixa em uma corrente de ativistas e intelectuais negros que enxergavam o período final da monarquia como mais “liberal” (DOMINGUES, 2006), revelando uma descrença nas promessas de avanço dos direitos civis dos negros na República.

Assim, a análise das orientações temáticas dos periódicos em torno das propostas de revisão de memória permite inferir que esses veículos intencionavam promover uma intervenção social, conflagrada pela organização dessas redes de leitores e comunicadores sociais negros, sob diferentes perspectivas históricas, atravessadas pela materialidade de suas trajetórias ao longo da primeira metade do século XX.

3.2 A MÃE NEGRA NA CONSTITUIÇÃO DOS EDITORIAIS DA IMPRENSA NEGRA



Figura 12 - *Alvorada*, edição especial em homenagem à representação da mãe negra, setembro de 1946.

Acervo IEB - Instituto de Estudos Brasileiros (USP/SP).

Concomitantemente à produção de significados em torno do 13 de Maio, colocavam-se representações e reflexões sobre a mãe negra, associada à rememoração da mulher escravizada e seu papel no ideário de "refundação da

nacionalidade” presente em parte dos artigos, textos e poemas que abrangem as duas temáticas.

Observa-se entre os três periódicos uma preocupação em destacar a mulher negra quando discorrem sobre o passado escravista diante de uma modernidade marcada por sua desqualificação. Em pesquisa desenvolvida pela historiadora Maria Aparecida Lopes (LOPES, 2007) sobre as representações sociais da mãe negra, constata-se a importância dada a um símbolo feminino atrelado à função desempenhada pela mulher negra como ama de leite, através das experiências culturais e socioeconômicas na região central da cidade de São Paulo durante a primeira metade do século XX.⁵²

Nossa análise dos materiais revela que, embora representações da mãe negra estivessem presentes em todos os periódicos pesquisados, houve uma produção de artigos e poemas mais extensa sobre esse conjunto de temas na redação d’*O Novo Horizonte*, seguramente em consequência da participação ativa de Sofia Campos e Lino Guedes no jornal. Nos excertos seguintes, observa-se o destaque dado à mulher negra pelo editorial d’*O Novo Horizonte*, através de um artigo de Sofia, publicado em setembro de 1947:

Perdura ainda na história o nome da mulher negra de 88: a escrava. Não só pelo caráter glorioso, poético dos abolicionistas que lutaram pelos escravos, como também pela própria apresentação das virtudes maternas das escravas. [...] Duras, cruéis e difíceis foram as provas por que passaram. E por força de sua ínfima posição e das próprias circunstâncias sociais e políticas de nosso país, a escrava daquela época criou mais um sistema de glorificação da mulher – a “Mãe Preta”. [...] E se a máquina estruturadora do movimento a favor do ser humano estiver funcionando sob a concepção de justiça e liberdade, brevemente haverá grandes tarefas e passados encargos para nós mulheres de hoje, homenageando a Mãe

⁵² Maria Aparecida utilizou como fontes primárias depoimentos e jornais negros paulistanos publicados ao longo do século XX, entre eles os periódicos *O Novo Horizonte* e *Alvorada*, além da imprensa hegemônica. Conforme apresentado em seu trabalho de historicização da figura da mãe negra, a autora destaca que a representação entre as populações negras foi revisada, especialmente entre os militantes do MNU (Movimento Negro Unificado), no final da década de 1970, após intensa cooptação das efemérides e comemorações sobre a mãe negra realizada pela ditadura empresarial-militar no Brasil entre 1964 e 1985. Maria chama atenção para o preconceito às amas de leite durante a primeira metade do século XX, especialmente entre os anos 1900 e 1920, vistas como perigosas e moradoras de cortiços que transmitiam doenças para as famílias brancas, dando margem a uma intensa disputa por memória produzida pelos intelectuais negros ao longo dos anos 1920 e 1940 em conjunto com a ideia de democracia racial.

Preta de ontem e preparando um magnífico porvir para seus filhos. (SOFIA CAMPOS EM O NOVO HORIZONTE, set. 1947)

A priori, a articulista situa, sob o ponto de vista dos intelectuais negros orgânicos em São Paulo, a relevância da atuação dos abolicionistas, em especial os autores da literatura afro-brasileira, na expressão dos sentimentos, angústias e anseios da mulher negra escravizada. Em seguida, aponta o anseio e reivindicação pela participação ativa das mulheres em funções e iniciativas sociais historicamente negadas, em vista do condicionamento da mulher afrodescendente ao trabalho doméstico e informal durante os anos 1940.

A experiência conflituosa da maternidade imposta pelo escravismo levantada por Sofia Campos era um eixo significativo nas discussões sobre a mulher negra dentro dos editoriais, especialmente no trato da memória. Assim como na imagem que inicia o subtópico, o cotidiano da mulher negra durante a escravidão é introduzido aos leitores por Lino Guedes em poema assinado para *O Novo Horizonte* em maio de 1946. Observa-se sua construção poética abarcando a representação da mãe negra:

Qual dos dois?
A mãe preta que apanhava,
Quando o menino chorava,
Foram um dia perguntar,
Do qual daqueles rebentos,
Da escravidão ornamentos,
Queria se separar!...

Do branquinho que ao crescer
Seu algoz virá a ser,
Ou do negro – o único amor,
Que quando fôr posto à venda
Dará uma boa renda,
Isso somente ao Senhor?

Longe de se atrapalhar,
Sem mesmo se embaraçar,
Num gesto muito comum
Em gente de sua raça,
(Os que ouviram acharam graça)
Diz a chorar: - De nenhum!...
(O NOVO HORIZONTE, set. 1946)

A condição forçada de cuidadora dos filhos dos senhores e senhoras de escravo é tratada pela poética de Lino Guedes como uma violência, diante da responsabilidade em lidar com a educação primária e amamentação dos filhos das elites escravistas, em detrimento da possibilidade de zelar por seus filhos ou até mesmo constituir a própria família, catalisando a denúncia feita por Sofia e pelo editorial do jornal.

O sentimento paradoxal da mulher negra diante da realidade da diáspora é colocado em debate durante a constituição da identidade brasileira e afro-brasileira, mas também o sentimento de pertencimento a uma ancestralidade e a rememoração sobre seus descendentes, vocalizada e reproduzida pela linguagem poética-educativa dos jornais e revistas negros. Tal abordagem propõe uma nova leitura sobre as relações entre passado e presente durante os anos 1940 e, diante da visão imposta pelo racismo, reivindica uma leitura a contrapelo sobre o papel da mulher negra na sociedade brasileira.

Naquela conjuntura, os editoriais definiram como um de seus eixos fundamentais para análise de memória os conhecimentos, as linguagens e as expressões culturais das mulheres negras passados às gerações ao longo da escravidão e no pós-abolição. Junto ao papel de destaque atribuído à resistência dos demais escravizados e abolicionistas, a particularidade das representações sobre a mãe negra na composição do trabalho de memória dos articulistas e escritores dos periódicos passou a representar um dos eixos catalisadores na disputa pela memória coletiva, trazendo à tona as experiências vividas pela mulher escravizada ama de leite. Maria Aparecida demarca bem o que significava esse movimento evidenciado pelas folhas dos jornais e revistas:

Desde as primeiras décadas do século XX, existia, entre a militância do Estado de São Paulo, a tentativa de inserir, na memória dos habitantes, a imagem do negro como sujeito participativo do processo de desenvolvimento da cidade, e até mesmo do Brasil. Nos discursos destes militantes, o Estado deveria homenagear publicamente os antepassados negros de alguma forma. Os negros paulistas que escreviam nos jornais alternativos, entre 1940 e 1960, escolheram como figura central da história do negro brasileiro uma representante da ala feminina: a mãe negra. Por que comemorar a data de 28 de setembro? Não seria errôneo dizer que tal escolha tinha a ver também com a valorização das suas mães, das suas avós, das suas bisavós, ou seja, que optaram por homenagear aquelas

mulheres que deram a vida aos negros do passado e daquele presente. (LOPES, 2007)

Nossa análise concorda com essa interpretação indicando que os saberes constituídos eleitos pelos autores negros remetiam à herança deixada por seus parentes diretos. Assim, a lembrança da mãe negra como representante de diversas mulheres responsáveis, forçadamente, por ensinar as primeiras palavras faladas, costumes religiosos e educação foi importante nesse processo de questionamento da memória hegemônica por parte desses militantes/jornalistas negros.

Nesse sentido é que os jornais direcionaram o olhar do leitor sobre o chamado “muro da nacionalidade”, trazendo uma inteligência expressiva diante das ideias de “segunda abolição” e “refundação da nacionalidade brasileira”. Segundo Arnaldo Camargo:

Quando se relembra que o passado altivo da Pátria está salpicado do valoroso e heroico sangue do Negro! Quando mesmo se sabe que a economia nacional sempre descansou nos ombros fortes e luzidos dos rilhos de Mãe Preta, dá vontade de gritar a plenos pulmões: “Deem-me o que me pertence. Nossos direitos são iguais.” (O NOVO HORIZONTE, jul. 1947)

Forte e direto em seu clamor por igualdade, o articulista reivindica no texto o papel ativo do negro e de seu corpo, constituído de saberes, na construção da pátria ou da nacionalidade, destacando assim o lugar das mulheres negras mesmo no pós-abolição e no processo de formação da Primeira República e, sobretudo, durante os anos 1940. Arnaldo confere um caráter de protesto à representação da mãe negra proposta em seu texto publicado no ano de 1947. O “valoroso e heroico sangue” do negro metaforiza a espoliação perpetrada contra os africanos e descendentes, especialmente contra a mãe preta, depreendendo-se, dentro do projeto editorial do jornal, a valorização da atuação dos abolicionistas, demarcando a abolição como uma reivindicação social, especialmente dos negros escravizados e libertos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ganhou estrutura e embasamento conforme fui me debruçando sobre os três periódicos em 2020, inicialmente propondo a embasar-me nos temas e eixos editoriais distribuídos em pouco mais de 100 páginas publicadas durante aqueles três anos correspondentes ao período de maior circulação da imprensa negra após o fim do Estado Novo dentro da cidade de São Paulo, entre 1945 e 1948.

Estes eixos temáticos foram inicialmente compreendidos em torno dos principais assuntos propostos pelos editoriais em decorrência da prevalência significativa de textos elaborados através de diferentes gêneros textuais diretamente substanciados por discussões sobre raça, conforme analisado no segundo capítulo, além das debates sobre memória constituídas após a fundação da república editorialmente propostos, conforme observou-se através da “segunda abolição” pautada pelos periódicos, consubstanciando a constituição de representações sobre a mãe negra, abolicionistas e vítimas da escravidão em conjunto com a percepção da identidade nacional fundada sob trabalho forçado em conjunto com os saberes e conhecimentos das populações negras em diáspora e no Brasil, pontuando seguidamente a segregação de negros nos postos de trabalho formais e mais qualificados, sendo necessário, sob o ponto de vista dos colabores dos periódicos, revisar a constituição das identidades nacionais em marcha à elevação da figura da mãe negra e dos abolicionistas.

Desta forma constatou-se a relação direta entre trabalho e educação como alicerces importantes para tencionar as classes políticas para elaboração de leis e políticas públicas que pudessem elevar a renda do trabalhador informal e pequeno comerciante, ou seja, de interesse dos movimentos sociais negros e de sua imprensa no Brasil naquela conjuntura.

A historiografia sobre a imprensa negra paulista circulada antes de 1937, início do Estado Novo, possibilitou traçar parte das trajetórias dos jornalistas e escritores do *Alvorada*, *O Novo Horizonte* e da *Senzala* até a constituição das redes de colaboradores e associações negras da cidade.

Assim, objetivou-se elucidar o ressurgimento de uma imprensa associativa e organizada em espaços de ajuda mútua para educação e formação profissional de seus frequentadores, difusão da produção artística e musical dos afrodescendentes,

além de constituírem-se como equipamentos de intervenção social e organização de eventos como congressos, festividades memoriais e bailes, configurando-se redes de apoio.

A pesquisa apresentou dificuldades, entretanto, em discorrer sobre o conjunto de redes de associações negras em decorrência da dificuldade em se encontrar mais informações sobre o associativismo entre 1945 e 1950 em virtude do atual período pandêmico, fontes estas que poderiam tornar mais propositiva o olhar sobre estes territórios comunitários. Os cadernos e colunas destinados a exposição de pessoas negras conhecidas do grande público foi pouco explorado em conjunto com a literatura e musicalidade presentes nos três veículos.

Conforme foi apontado no último capítulo, o passado dos abolicionistas e escravizados foi bastante revisitado para projetar uma unidade entre os grupos de redatores e demais associações, ocasionando uma agenda dos movimentos sociais negros definida pelos alicerces supracitados.

Neste ínterim, destaca-se a revisão sobre o uso da representação da mãe negra proposta pelos movimentos negros dos anos 1970 ao questionarem a ideia de passividade que era atribuída à figura da mãe negra e suas comemorações, especialmente após a cooptação realizada pela ditadura civil-militar diante das festividades, visto que a figura da mãe negra passara a ser utilizada como capital político ao regime autoritário dos militares.

Desta forma, a pesquisa se debruça sobre obstinação desses movimentos sociais constituídos na década de 1940 em abordarem pautas por direitos civis fundamentais para as gerações posteriores. Algumas conquistas mais recentes, como a lei de cotas (Lei nº 12.711/2012), responsável por obrigar o acesso à universidades e institutos tecnológicos à população com baixa renda, ou como da Lei nº 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino de cultura e história afro-brasileira e africana na educação básica repercutem àquelas lutas.

Algumas destas conquistas por direitos sociais foram gestadas durante décadas e sofrem sérias ameaças, especialmente a partir da década de 2010, período marcado por um avanço da extrema-direita e neoliberalismo tutelados por setores das Forças Armadas após o fim da ditadura civil-militar, caracterizando a manutenção da cultura punitivista e violenta historicamente presentes na realidade latino-americana, especialmente sobre as populações negras e indígenas. Soma-se a isso a ocorrência

de uma prática revisionista diante do passado escravista, violento e segregacionista do colonialismo e da monarquia brasileira.

Os jornais negros distribuídos durante os anos 1940 foram usados como um movimento letrado de transmissão de saberes, memórias marcadas pelas lutas abolicionistas, histórias seculares do coletivo negro sobre seus ritmos, expressões subjetivas, religiosas, anseios políticos, econômicos, além de uma prospecção de futuro para o negro e o nacional, através de uma evidente expectativa diante da república e do fim do Estado Novo, bem como uma ferramenta para discussão em torno da conscientização do racismo em sociedade.

FONTES

ACERVOS:

- Hemeroteca Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo
- Acervo Digital da Universidade de São Paulo.
- Arquivo Público do Estado de São Paulo
- Instituto de Estudos Brasileiros
- Arquivo da Hemeroteca Nacional

IMPrensa NEGRA

- **Jornal O Novo Horizonte – edições mensais entre 1945 e 1948 • Jornal Alvorada – edições mensais de 1946 e 1947 • Revista Senzala – edições de 1946.**

SITES

- <https://ipeafro.org.br/acoes/acervo-ipeafro/secao-ten/>
- USP Portal da Imprensa Negra Paulista
- <http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHILLE, Mbembe. Sair da Grande Noite. Ensaio sobre a África descolonizada. Edições Pedagogo e Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Agostinho Neto de Luanda, 2013.

APPIAH, Kwame. Na casa de meu pai: a África na filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

ARAÚJO, Valmir Teixeira. O papel da imprensa negra brasileira. São Paulo: Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo da ECA-USP, 2019.

AZEVEDO, Amailton (organização). Ritmos negros: música, arte e cultura na diáspora negra, primeira edição. São Paulo: Alameda, 2021.

AZEVEDO, Amailton. Estética negra e periférica: filosofia, arte e cultura. Revista de Teoria da História, v. 22, n. 2, 2019.

AZEVEDO, Amailton. Sambas, Quintais e Arranha-Céus: as micro-áfricas em São Paulo. Editora Olho d'água, São Paulo, 2017.

BALDWIN, James. Notas de um filho nativo. Tradução: Paulo Henrique Brito. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.

BARBOSA, Márcio. Frente Negra Brasileira: depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BARBOSA, Marialva. Múltiplas formas de contar uma história. Rio de Janeiro: Revista Alceu (PUCRJ), v.10, n.20, p. 25-39, 2010.

CALIL, Gilberto Grassi. Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945. Marechal Cândido Rondon: Revista Tempos Históricos, v. 3, nº 1, p. 91-120, 2001.

CARDOSO, Maria. As trajetórias de Veiga dos Santos e Correia Leite: dissensos e convergências na militância dos anos 1930: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

CARMARGO, Oswaldo. Lino Guedes: seu tempo e seu perfil. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2016.

CARVALHO, Gilmar Luiz. A imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências. Dissertação de mestrado em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

CARVALHO, José Murilo; SCHWARCZ, Lília Moritz. A Construção Nacional (1830-1889) v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CHOAY, Françoise. A regra e o modelo. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010, p. 1-52.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador. São Paulo: Projeto História, PUC-SP, n. 35, pp. 253-270, dez. 2007.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. África (USP), Londrina/PR, v. 24-26, p. 193-210, 2002.

DOMINGUES, Petrônio, REIS, Ruan Levy. Bardos, penas e armas: a produção literária na imprensa afro-brasileira. São Paulo: Literatura e Sociedade, nº 32, p.148-170, 2020.

DOMINGUES, Petrônio. O “messias” negro? Arlindo dos Santos Veiga (1902-1978). Belo Horizonte: Varia História, vol. 22, nº 36, p. 517-536, 2006.

EISENSTEIN, Elizabeth L. A Revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998, p. 7-27.

FERRARA, Mirian Nicolau (1986). Imprensa negra paulista (1915-1960). São Paulo: FFLCH – USP.

FERREIRA, Cláudia C. As trajetórias de Veiga dos Santos e Correia Leite: dissensos e convergências na militância negra dos anos 1930. Tese de mestrado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

GONÇALVES, José Roberto. O Getulino – um jornal de carapinha: jornal editado por jovens negros em Capinas (1923/1925). Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Antonio S. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. Salvador: Afro-Ásia, núm. 30, pp. 247-269, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, pp. 45-75, 1984.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. As representações sociais da mãe negra na cidade de São Paulo. Assis: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.2, 2007.

LUCINDO, Willian R. A Vontade Também Consola: a formação da esfera pública letrada de afrodescendentes e o debate sobre educação. In: Marcus Vinicius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros. (Org.). História da Educação dos Negros no Brasil. 1ed. Niterói: EdUFF, 2016, v. 1, p. 305-328.

MALATIAN, Teresa. Cem anos de Imprensa Negra em São Paulo: da descoberta à edição fac-similar. São Paulo: Unesp, v. 14, n. 1, pp. 340-364, janeiro-junho, 2018.

MEDEIROS, Augusto. Rastos do Cisne Preto: Lino Guedes, um escritor negro pelos jornais (1913-1969). Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 30, n° 62, p. 597-622, 2017.

MELLO, Marina Pereira de Almeida. O lugar da mulher na imprensa negra paulistana (1915-1924). Alfenas: Revista Cultura Histórica & Patrimônio, v. 1, n° 2, 2013.

MORSS, Susan Buck. Hegel e o Haiti. São Paulo: N-1, 2017.

MOURA, Clóvis. História do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. Imprensa Negra: estudo crítico de Clóvis Moura e legendas de Miriam Ferrera. São Paulo: edição Fac-Similar, Imprensa Oficial, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional *versus* identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. São Paulo: Editora Perspectiva LTDA, 2019.

OLIVEIRA, Laiana Lannes. Entre a miscigenação e a multirracialização: brasileiros negros ou negros brasileiros? Niterói: Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012, p. 7-44.

PASTORE, Victor Doutel. Imprensa negra e imprensa operária: experiências, diálogos e tensões entre trabalhadores negros e imigrantes na São Paulo do pós-abolição (1915-1932). 2020. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/SBD) São Paulo.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Imprensa negra no Brasil no século XIX. São Paulo: Selo Negro, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: revista Estudos Históricos, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212, 1992.

PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

REIS, José C. O tempo histórico como “representação intelectual”. Belo Horizonte: Revista de História e Estudos Culturais, 2011, v. 8, nº 2.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Estudos Afro-Asiáticos, São Paulo, 17, 1989, p. 29-41.

SANTOS, Carlos José Ferreira (Casé Angatu). Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890 – 1915). São Paulo: Annablume Editora, 2017.

SANTOS, Pedro de Souza. A imprensa negra em São Paulo no início do século XX. Mestrando em Educação pela Universidade São Francisco Itatiba/SP.

SANTOS, Rael Fizon Eugenio dos. Imprensa Negra e África no Brasil (1920-1960). In: África passado e presente: II Encontro de Estudos Africanos daUFF. Niterói: PPGHistória-UFF, Editora da UFF, 2010 pp.122-128.

SILVA, José Carlos Gomes. Carolina Maria de Jesus e os discursos da negritude: literatura afro-brasileira, jornais negros e vozes marginalizadas. Uberlândia: Revista História & Perspectiva, p.59-88, 2008.

SILVA, Joselina da. A união dos homens de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. Estudos Afro-Asiáticos, pp. 215-235, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa Brasileira no Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOTERO, Edilza. Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo.2015. Tese de doutorado em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TAMANO, Luana Tieko Omena . O pensamento e atuação de Arthur Ramos frente ao racismo nos decênios de 1930 e 1940. Revista Crítica Histórica, v. 08, p. 81-96, 2013.

THOMPSON, Eward. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WILLIAMS, Raymond. A Imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. São Paulo: tradução do Projeto Memória, 2007.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

